

## Receita maior



### Lucro da Klabin cai 25%, para R\$ 790 milhões

O lucro líquido da Klabin no quarto trimestre de 2022 caiu 25%, para R\$ 790 milhões, na comparação com o mesmo período de 2021. Em relação ao terceiro trimestre, o lucro foi 62% menor. A receita líquida, que atingiu R\$ 5,083 bilhões no período, teve alta de 11% em relação ao mesmo período de 2021 e baixa de 7% sobre o trimestre anterior. **PÁGINA 3**

## Américas e Europa

### LATAM é a companhia aérea mais sustentável

O LATAM Airlines Group é a companhia aérea com melhor desempenho em Sustentabilidade no continente americano e na Europa, e a quinta no mundo, segundo a mais recente avaliação de Sustentabilidade Corporativa (CSA) da Standard & Poor's (S&P Global). A companhia foi a única da América do Sul listada no ranking. Para se classificar no anuário, as empresas devem pontuar entre as 15% melhores de seu setor. **PÁGINA 4**

## Ucrânia

### Fluxo de armas pode aumentar a violência

A alta representante para Assuntos de Desarmamento da ONU, Izumi Nakamitsu, avaliou que o grande fluxo de armas em situação de conflito pode escalar a violência. Segundo ela, a assistência internacional inclui a transferência de armamento convencional pesado e munições. **PÁGINA 5**

## Censo

### Matrículas na educação básica subiram em 2022

O Censo Escolar da Educação Básica 2022 indica que o número de matrículas no Brasil aumentou após o fim da emergência em saúde pública por conta da covid-19. No ano passado, foram registrados 47,4 milhões de estudantes em 178,3 mil escolas de educação básica - 714 mil alunos a mais que em 2021. **PÁGINA 8**

O presidente prometeu manter diálogo permanente com a oposição

# Lula: fica cada vez mais caro aprovar projetos

Partidos como o União Brasil e o PSD, que têm três ministros no governo cada um, estão rachados e não garantem todos os votos de suas bancadas



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva alertou na quarta-feira, 8, durante reunião do Conselho Político do governo, que quanto mais o tempo passa, "mais caro" fica para aprovar projetos no Congresso. Apesar do início do ano legislativo e de ter obtido vitórias com a reeleição de Arthur Lira (PP-AL) ao comando da Câmara e a de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) à Presidência do Senado, o petista ainda não conseguiu fechar sua base aliada. O Palácio do Planalto articula o apoio do Congresso em outros temas considerados "delicados", como a medida provisória que retomou o voto de desempate a favor do Ministério da Fazenda no julgamento do Carf e a que

transferiu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Banco Central para a Fazenda. "Quando vocês veem o Padiha chegar a uma reunião dessa, com um catatau de folhas como esse, ninguém gosta de receber o Padiha, porque ele vem com uma demanda muito grande no Congresso Nacional. Não tem mais por que a gente não estar resolvendo todas as demandas que estão aparecendo para o Padiha, Jacques Wagner, Randalfe, José Guimarães", declarou Lula, em referência ao ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padiha, responsável pela articulação política do Planalto com o Congresso, e aos líderes do governo no Legislativo. **PÁGINA 6**

## APROVAÇÃO



### Appy reconhece que reforma deve começar pelo consumo

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a Reforma Tributária, Bernard Appy, disse na quarta-feira, 8, que, após a reforma dos tributos de consumo, o governo irá tentar reformar também os impostos sobre a renda, incluindo a folha de salários. "Do ponto de vista do Ministério da Fazenda, a reforma tem dois mo-

mentos: a discussão da tributação do consumo agora e, em um segundo momento, a tributação da renda e da folha de salários. A reforma dos impostos de consumo já está muito mais avançada no Congresso Nacional. Vamos trabalhar pela melhor reforma possível", afirmou, em evento promovido pelo RenovaBR. **PÁGINA 2**

## RANQUEAMENTO

### Senado propõe regras e restrições para o reconhecimento facial no País

PÁGINA 7

## REPRESENTAÇÃO

### Pacheco: democracia saiu mais forte

PÁGINA 7

## RANQUEAMENTO

### Governo cria grupo interministerial para reverter liquidação de estatal de chips

O presidente Lula criou um grupo interministerial para reverter a liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec),

estatal que era a única produtora de chips na América Latina e teve sua extinção determinada pelo ex-presidente Bolsonaro. **PÁGINA 2**

**IBOVESPA** 109.951,49 ↑ 1,97%

#### Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
ITAUSA PN N1	8,85	+8,46%	+0,69
ITAUNIBANCOPN EJ N1	26,58	+8,27%	+2,03
SAO MARTINHOON NM	28,45	+8,13%	+2,14
RAIZEN PN N2	3,300	+5,43%	+0,170
BTGP BANCO UNT N2	21,15	+5,17%	+1,04

#### Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
GOL PN N2	7,04	-5,38%	-0,40
P.ACUCAR-CBDON NM	17,43	-5,17%	-0,95
HAPVIDA ON NM	4,48	-3,66%	-0,17
CARREFOUR BRON NM	14,59	-2,73%	-0,41
AZUL PN N2	10,80	-2,35%	-0,26

#### Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
ITAUNIBANCOPN EJ N1	26,58	+8,27%	+2,03
VALE ON NM	88,72	+0,34%	+0,30
PETROBRAS PN N2	26,05	+1,68%	+0,43
BRABESCO PN EJ N1	14,16	+4,89%	+0,66
BRASIL ON NM	39,80	+2,37%	+0,92

#### BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	33.949,01	-0,61%
S&P 500	4.117,86	-1,11%
NASDAQ	11.910,52	1,68%
DAX 30	15.412,05	-0,60%
FTSE 100	7.885,17	+0,26%
IBEX 35	9.233,80	+0,67%

DÓLAR COMERCIAL			
COMPRA	VENDA		
5,197	5,200	↓ -0,06%	

PESO			
COMPRA	VENDA		
0,027	0,027	↓ -0,22%	

EURO			
COMPRA	VENDA		
5,572	5,575	↓ -0,05%	

LIBRA			
COMPRA	VENDA		
6,269	6,266	↑ 0,09%	

OURO			
BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA		
307,00	USD\$ 1.875,75		

## INVESTIMENTOS

# Appy diz que reforma tributária deve começar pelo consumo

O secretário destacou que a não cumulatividade do IVA proposto para substituir os impostos de consumo deve ajudar a alavancar os investimentos no Brasil

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a Reforma Tributária, Bernard Appy, disse na quarta-feira, 8, que, após a reforma dos tributos de consumo, o governo irá tentar reformar também os impostos sobre a renda, incluindo a folha de salários. "Do ponto de vista do Ministério da Fazenda, a reforma tem dois momentos: a discussão da tributação do consumo agora e, em um segundo momento, a tributação da renda e da folha de salários. A reforma dos impostos de consumo já está muito mais avançada no Congresso Nacional. Vamos trabalhar pela melhor reforma possível", afirmou, em evento promovido pelo RenovaBR.

Appy repetiu que o governo pretende usar o trabalho acumulado na tramitação das PECs 45 e 110 que, segundo ele, têm mais convergências que divergências. "A Fazenda terá a função de apoio ao Congresso. É lá que entendemos que esse debate será feito", completou.

O secretário destacou que a não cumulatividade do IVA proposto para substituir os impostos de consumo ajudará a alavancar os investimentos. "O tributo que é pago ao longo



Marcos Oliveira - Agência Senado

Appy: "Haverá uma mudança inevitável de preços relativos, algumas coisas ficarão mais baratas e outras mais caras. É importante haver essa transição"

da cadeia e não é recuperado onera o investimento. Quando se investe menos, isso reduz o crescimento do País", afirmou.

Appy também criticou a complexidade do sistema tributário brasileiro, com 27 legislações de ICMS, além de dezenas

de regimes especiais de PIS/Cofins e IPI. "Um bom IVA é o mais simples, com menos regras. No Brasil não temos regras, só temos exceções. Essa complexidade tributária no Brasil tem consequência, como o custo elevado para as empresas

cumprirem suas obrigações", completou.

O secretário defendeu que haverá um período de transição para a mudança do sistema tributário brasileiro.

"Haverá uma mudança inevitável de preços relativos, algu-

mas coisas ficarão mais baratas e outras mais caras. Além disso, muitas empresas fizeram investimentos conforme o sistema atual, por isso é importante haver essa transição", afirmou.

Ele lembrou que a PECs 45 prevê uma transição de seis anos

e PEC 110 uma transição de cinco anos para que as empresas se adaptem de maneira suave ao novo sistema. "E há outra transição muito mais lenta, de 40 a 50 anos, para o efeito total sobre as receitas de Estados e municípios", completou.

O secretário admitiu que a questão setorial na reforma será a mais debatida no Congresso. Segundo ele, não há ponto de partida para cada setor já definido na proposta.

"O objetivo da reforma tributária é garantir que todos os setores sejam beneficiados. Queremos um jogo de soma positiva, não é uma conta de soma zero. Se nem todos ganharem, não há motivo para fazer uma reforma tributária", afirmou Appy.

Ele avaliou que o aumento do potencial de crescimento pós reforma virá ao longo do tempo, embora também haja efeitos de curto prazo. Lembrou ainda que a proposta deverá incorporar uma devolução de tributos para as famílias menos favorecidas. "Os dois projetos no Congresso preveem cash-back de imposto a famílias de baixa renda", apontou.

O secretário disse ainda que a reforma irá beneficiar principalmente os municípios menores. "A reforma tributária gerará redução da desigualdade na receita federativa", afirmou.

Na quinta, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), avaliou que a reforma tributária não irá para a frente se a União não topar perder arrecadação. "Ou a União está disposta a perder parte da arrecadação, ou será muito difícil levar adiante a reforma tributária. E de maneira alguma, não tem como Estados e municípios abrirem mão de receitas, sendo que é lá que temos a prestação de serviços de Saúde, Educação e Segurança", enfatizou.

## CELTEC

# Lula cria grupo interministerial para reverter liquidação de estatal de chips

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, criou um grupo interministerial para reverter a liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec), estatal que era a única produtora de chips e semicondutores na América Latina e teve sua extinção determinada pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. A retomada da empresa pública foi recomendada pela equipe de transição de Lula em dezembro. O processo de liquidação ainda está em curso, mas travada por decisões por decisões do Tribunal de Contas da União (TCU).

"Fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a finalidade de apresentar estudos e propostas de viabilidade de reversão de desestatização e liquidação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec e proposta de participação no fomento da política de pesquisa e desenvolvimento de semicondutores", diz o ato.

O grupo será composto por representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inova-

ção, que o coordenará, Advocacia-Geral da União, Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Dentre as tarefas, o grupo terá de apresentar um relatório final com as alternativas para reversão do processo de desestatização e liquidação do Ceitec e a proposta de participação da empresa no fomento da política de pesquisa e desenvolvimento de semicondutores. A duração dos trabalhos será de 120 dias, que poderá ser prorrogada por prazo determinado em ato do ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Ceitec foi criado por lei em 2008, no segundo governo de Lula, com sede em Porto Alegre. A ideia era ter uma grande fabricante nacional de chips e semicondutores.

Dependente do Tesouro Nacional, o governo passado alegou que a estatal não dava lucro e era ineficiente, o que a tornou alvo da gestão de Jair Bolsonaro, entrando na sua lista de privatizações. Em 2021, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) recomendou a



Antonio Cruz - Agência Brasil

Lula: o grupo terá de apresentar um relatório final com as alternativas para reversão do processo de desestatização

extinção do Ceitec em junho e o decreto presidencial que oficializou a decisão foi publicado em dezembro.

Quase um ano depois de propor a liquidação da estatal, em maio de 2022, o governo Bolsonaro anunciara que iria tentar atrair empresas que pudessem assumir a função que era do Ceitec no País.

À época, em um evento do setor de telecomunicações, o então ministro das Comunicações, Fábio Faria, admitiu que o País não poderia ficar à mercê das importações e ressaltou a importância de ter um parque industrial forte no ramo de semicondutores.

"Precisamos investir para ter uma fábrica de semiconduto-

res", declarou ele em reunião com presidentes de empresas de telecomunicações durante o evento Smart City Business, na capital paulista, no dia 26 de maio passado. "Estamos atrás de buscar uma empresa que possa abrir aqui uma fábrica de semicondutores. O Brasil pode exportar para Europa, África e toda a América Latina", emendou.

O presidente afirmou ainda que deve retomar na semana que vem viagens a Estados para inaugurar ou recomendar obras paradas e fazer a "roda gigante da economia girar". "Se a gente conseguir fazer com que todas as rodas gigantes que estão paradas comecem a funcionar e a gente comece a terminar algumas dessas obras, a gente pode contribuir para fazer com que a economia brasileira não seja um desastre previsto pelo FMI - Fundo Monetário Internacional - na última reunião deles", disse o presidente, repetindo críticas do governo de Jair Bolsonaro às previsões econômicas do organismo internacional.

O FMI prevê alta de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil este ano.

Na abertura da reunião do Conselho Político de Coalizão, Lula mencionou que fará uma reunião com os ministérios na semana que vem, sobretudo da área da infraestrutura, após o retorno da viagem para os Estados Unidos, porque já se identificou que muitas obras podem ser retomadas.

No dia 14, Lula vai à Bahia inaugurar um conjunto habitacional do Minha Casa Minha Vida e depois, segundo ele, deve ir a Sergipe. O presidente ainda disse que o encontro de quarta-feira é o começo de nova relação entre o Poder Executivo e Legislativo e defendeu que haja um compromisso do Planalto para que as reuniões sejam contínuas e dos parlamentares de criarem o hábito de usar o espaço para discutir os problemas do País.

**Diário Comercial**

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA  
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO  
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br  
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO  
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro  
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL  
SÃO PAULO  
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista  
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA  
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS  
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE  
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes  
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL  
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01  
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras  
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

SUSTENTABILIDADE

# Klabin apresentou lucro líquido de R\$ 790 milhões no 4º trimestre

O volume de vendas em 2022, excluindo madeira, teve crescimento de 1%, impulsionado pela produção do Eukaliner®, fabricado na MP27, primeira máquina de papel do Projeto Puma II

O lucro líquido da Klabin no quarto trimestre de 2022 caiu 25%, para R\$ 790 milhões, na comparação com o mesmo período de 2021. Em relação ao terceiro trimestre, o lucro foi 62% menor, segundo balanço divulgado pela companhia na quarta-feira.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado foi 1% maior que o do quarto trimestre do ano anterior, a R\$ 1,905 bilhão, e recuou 18% em relação ao terceiro trimestre.

A receita líquida, que atingiu R\$ 5,083 bilhões no período, teve alta de 11% em relação ao mesmo período de 2021 e baixa de 7% sobre o trimestre anterior. Segundo a Klabin, o número foi resultado dos reajustes de preços realizados ao longo dos últimos trimestres em todas as unidades de negócios.

O resultado financeiro da companhia ficou negativo em R\$ 31 milhões, ante resultado também negativo de R\$ 390 milhões no quarto trimestre de 2021. As despesas financeiras somaram R\$ 208 milhões no trimestre, contra R\$ 484 milhões no mesmo período do ano anterior, enquanto as receitas financeiras totalizaram R\$ 154 milhões, contra R\$ 195 milhões.

O volume de vendas em 2022, excluindo madeira, teve crescimento de 1% em relação a 2021, impulsionado, principalmente, pela produção do Eukaliner®, fabricado na MP27,



Klabin: o desempenho consistente do ROIC próximo ao patamar de 20% há diversos trimestres demonstra a assertiva alocação de capital, que alia crescimento à criação de valor para os acionistas

primeira máquina de papel do Projeto Puma II. No quarto trimestre de 2022, o volume de vendas, excluindo madeira, atingiu 928 mil toneladas.

Em 2022, o ROIC (Retorno sobre o Capital Investido) da Klabin ficou em 19,2%. O desempenho consistente do ROIC próximo ao patamar de 20% há diversos trimestres demonstra a assertiva alocação de capital realizada pela Companhia, que alia crescimento à sólida criação de valor para os acionistas.

Seguindo sua trajetória de

crescimento, a Companhia investiu R\$ 5,8 bilhões em 2022, dos quais R\$ 1,6 bilhão apenas no último trimestre. Os montantes consideram diversas iniciativas em andamento, como a construção do terminal portuário no Porto de Paranaguá (PR), que teve seu início de operação em dezembro de 2022; o Projeto Horizonte, que consiste na expansão da unidade de embalagens de papelão ondulado em Horizonte (CE); o Projeto Figueira, construção de uma nova unidade de embalagens de pape-

lão ondulado estado da arte em Piracicaba (SP); além da continuidade das obras do Projeto Puma II, que seguem dentro do cronograma esperado, atingindo 82% de execução em medição realizada no fim de janeiro. A segunda máquina do Projeto, a MP28, tem o seu start-up previsto para o segundo trimestre deste ano e produzirá papel-cartão, incluindo o papel-cartão branco de fibra virgem, segmento em constante crescimento no mundo.

Como um dos principais direcionadores estratégicos

de negócios da Klabin, a sustentabilidade das operações da empresa foi novamente reconhecida por importantes instituições globais. Pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia foi incluída na carteira global do Índice Dow Jones de Sustentabilidade, reforçando sua posição de vanguarda mundial no tema, e se manteve como única latino-americana a integrar a "Triple A-List", do CDP, figurando no seleto grupo das 12 empresas globais que receberam a classificação "A" para os programas de mudanças climá-

ticas, água e florestas. A Companhia segue, ainda, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3, estando, há 10 anos, entre as mais sustentáveis do Brasil.

A Klabin também teve sua participação renovada no "The Sustainability Yearbook", índice global de sustentabilidade organizado pela S&P Global. A empresa aparece entre as mais bem avaliadas do ranking, sendo a única Companhia do Brasil e da América Latina a estar entre as Top 1% S&P Global ESG Score.

APERTO MONETÁRIO

## Guimarães afirma que país não pode conviver com taxas de juros tão altas

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que um dos temas discutidos na reunião foi as altas taxas de juros no País. De acordo com ele, o debate foi ancorado por diversos líderes partidários.

"As autoridades monetárias também têm que contribuir com aquilo que saiu das urnas", declarou o líder aos jornalistas, após reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e partidos políticos. De acordo com ele, o Brasil não pode conviver com "taxas de juros desse tamanho".

"O País precisa discutir esse assunto BC e taxa de juros", comentou. Contudo, Guimarães disse que não foi discutido o texto do PSOL que propõe revogação da autonomia do BC.

O deputado destacou que a conversa foi para tratar os desafios do País e a retomada econômica. Uma das prioridades será, segundo ele, a reforma tributária. "Mesmo partidos independentes como Cidadania fizeram gesto muito forte no Conselho Político", comentou.

Segundo ele, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também estava na reunião, falou sobre as Medidas Provisórias (MPs) do Carf e do Coaf.

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou também que Lula vai indicar "nomes qualificados" para a diretoria do Banco Central para ajudar a autoridade monetária a cumprir as metas.

Após o tom duro do comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom), Lula passou a cogitar indicar nomes



O deputado José Guimarães, líder do governo na Câmara, falou sobre o debate que discutiu a retomada

para se contrapor ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, no colegiado. Alas do governo, porém, tentam uma conciliação entre Lula e o BC e continuam afirmando que a indicação será técnica. O mandato dos diretores Bruno Serra, de Política Monetária, e Paulo Souza, de Fiscalização, termina no dia 28 de fevereiro. Souza tem disposição de renovar o mandato, mas Serra já indicou que vai deixar o órgão.

"O presidente Lula no passado indicou presidente do BC e diretores que tiveram competência. O presidente Lula vai ter a mesma competência de indicar ótimos diretores do BC", disse, após reunião do Conselho Polí-

tico de Coalizão no Palácio do Planalto.

Em meio aos ataques diretos e às críticas de Lula ao nível de juros e das metas e à autonomia do BC, Padilha ainda afirmou que tem certeza que Lula sempre terá relação harmônica com o órgão. "O governo está muito tranquilo no diálogo, respeitando a autonomia do BC."

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou ainda que o objetivo do governo é chegar ao final do ano com a taxa básica de juros em 8% ou 7%. Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve a Selic

em 13,75%.

De acordo com o senador, a aprovação da reforma tributária, do novo arcabouço fiscal e da medida provisória que retomou o voto de desempate a favor do Ministério da Fazenda nos julgamentos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) propiciariam esse alívio nos juros.

"Não tem como o País crescer com o nível atual de juros. Se nós nos resignarmos aos 13,75%, a gente vai se conformar com 0,77% de crescimento no final do ano. Nós não aceitamos", disse Randolfe, no Palácio do Planalto, após uma reunião do Conselho Político do governo.

RISCO ALTO

## Ministros pedem a Lula que amenize os ataques ao BC

Após o tom considerado mais amistoso da ata do Comitê de Política Monetária (Copom), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está sendo aconselhado por ministros a amenizar o tom no confronto com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Os interlocutores alertaram que esse confronto só tem contribuído para aumentar o chamado prêmio de risco pedido por quem compra os papéis do Tesouro e financia o governo, impactando a curva de juros (quando o mercado precifica uma alta de juros para os contratos futuros) e pressionando o câmbio. O dólar mais alto, por sua vez, realimenta a inflação e pode retardar a queda de juros.

Só na terça-feira, a taxa nos contratos DI com vencimento em janeiro de 2029 chegou a bater na máxima de 13,41% (ante 13,24% no dia anterior). Já o dólar fechou pelo terceiro dia consecutivo em alta, a R\$ 5,19. Só em fevereiro, a moeda acumula alta de 2,42%.

Um desses interlocutores do presidente diz que o caminho é diminuir a tensão para evitar que os dois lados - Lula e BC - fiquem sem saída mais adiante. Ele reconheceu, porém, que Lula pode não atender aos conselhos se houver um aumento do conflito. Em seus dois mandatos anteriores, Lula terceirizava os ataques, ora por meio do então vice-presidente José Alencar, ora por meio de Guido Mantega, que comandava a Fazenda. Agora, Lula vem, ele

mesmo, tomando a iniciativa.

Duas "senhas" foram consideradas centrais para tentar esfriar a crise nesse primeiro momento. A primeira foi o teor da ata do Copom. Divulgada no início da manhã, ela mostra que parte dos integrantes do Copom enxerga potencial de sucesso no pacote de ajuste fiscal anunciado pelo governo no mês passado.

A outra foi a declaração do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que a ata foi mais "amigável" do que o comunicado divulgado após a reunião do Copom na semana passada - que manteve a taxa Selic em 13,75%. O que mais irritou o governo na primeira mensagem foi a posição do BC de que poderia manter o atual nível da Selic por um período maior de tempo.

Em encontro com integrantes da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento e Indústria, Geraldo Alckmin, negou animosidade contra Campos Neto, segundo relato do presidente da frente, Marco Bertaiolli (PSD-SP). O deputado disse que Alckmin comparou a situação a uma "divergência de entendimento" e que não há críticas a Campos Neto na figura de pessoa física.

Na tarde de terça-feira, o Planalto divulgou gravação de entrevista feita em café da manhã com veículos alinhados ao governo - antes da divulgação da ata - em que Lula voltou a fazer ataques a Campos Neto e disse que ele devia "explicações" sobre os juros.

STANDARD &amp; POOR'S

# LATAM é a companhia aérea mais sustentável das Américas

A companhia atualizou sua estratégia com metas que serão alcançadas através da economia circular e valor compartilhado

**O** LATAM Airlines Group é a companhia aérea com melhor desempenho em Sustentabilidade no continente americano e na Europa, e a quinta no mundo, segundo a mais recente avaliação de Sustentabilidade Corporativa (CSA) da Standard & Poor's (S&P Global). A companhia foi a única da América do Sul listada no ranking.

Este resultado permitiu ao grupo ser a única companhia aérea do continente a estar presente na edição 2023 do "The Sustainability Yearbook", anuário em que a prestigiada agência de classificação de risco S&P reconhece as empresas que tiveram crescimento destacado na avaliação de sua gestão de sustentabilidade por suas práticas ambientais, sociais e de governança corporativa.

"A posição positiva que alcançamos na avaliação de sustentabilidade da Standard & Poor's reflete o trabalho sistemático que o grupo LATAM vem fazendo, que se traduz em ações concretas como a eliminação de plásticos de uso único até o final deste ano, o avanço na rota para ser zero resíduo para aterro sanitário até 2027 ou a conservação de mais de 500 mil hectares na América do Sul", comenta Juan José, diretor de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade do LATAM Airlines Group.

Para se classificar no anuário, as empresas devem pontuar entre as 15% melhores de seu setor e obter uma pontuação de sustentabilidade global da S&P entre as 30% melhores empresas com atuação em sua área. Na edição de 2023, de um total de 7.800 empresas avaliadas, 57 eram companhias aéreas, das quais, segundo a avaliação, apenas 5 entraram no anuário.



Latam: a posição positiva reflete o trabalho sistemático que o grupo vem fazendo, como a eliminação do plástico

Em maio de 2021, o grupo LATAM atualizou sua estratégia de Sustentabilidade com metas que serão alcançadas por meio de ações nos pilares de Mudanças Climáticas, Economia Circular e Valor Compartilhado, onde se destaca seu compromisso com a proteção de ecossistemas estratégicos na América do Sul, a migração para um

modelo de resíduo zero para aterros e a disponibilização de sua capacidade de conectividade em benefício das comunidades da região. As metas estabelecidas pela LATAM são: reduzir e compensar o equivalente a 50% das emissões nacionais até 2030, rumo à neutralidade em carbono até 2050. Além disso, estabelecer metas para eliminar plásticos descartáveis em toda a operação até 2023; e tornar-se um grupo zero resíduos para aterros sanitários em 2027.

Em 2022, no Brasil, a companhia teve importantes entregas nos três pilares de Sustentabilidade do Grupo LATAM. Iniciou o seu primeiro programa de neutralização de carbono no País, adquirindo 10 mil créditos de carbono com a Biofílica

Ambipar que ajudam a manter em pé cerca de 2,5 mil árvores na Floresta Amazônica. Em outra iniciativa, tornou-se a primeira aérea do Brasil a utilizar energia elétrica em operações de solo em um projeto piloto no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte que permite deixar de emitir 114 toneladas de CO2 por ano. Ainda conseguiu reutilizar no Brasil cerca de 30 toneladas de uniformes usados por meio de parcerias de upcycling (reutilização criativa) e reduzir em 77% o plástico de uso único a bordo, aproximando-se da meta de eliminar todos os plásticos de uso único de seus voos até 2023 e ser uma empresa com zero resíduos para aterros sanitários até 2027.

PERDA DE FÔLEGO

## Famílias de baixa entram 2023 mais endividadas

Tanto famílias de baixa renda como as de renda mais alta entraram em 2023 mais endividadas, mostra a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) divulgada na quarta-feira, 8, pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). A Peic conta agora com três novas divisões de faixas de renda no monitoramento do endividamento e da inadimplência. O objetivo é oferecer informações mais detalhadas sobre a percepção dos consumidores quanto ao uso do crédito e à capacidade de pagamento, informou a CNC.

Os números de janeiro mostram que as famílias com até três salários mínimos de rendimentos começaram o ano proporcionalmente mais endividadas 79,2% contra 76,5% há um ano, enquanto as que ganham mais de dez salários mínimos fizeram mais dívidas em relação ao percentual de 71,2% registrado em janeiro de 2022, atingindo 74,4% em janeiro.

"Em comparação com janeiro de 2022, a parcela de famílias com dívidas cresceu mais nos dois extremos sociais considerados na Peic: entre as famílias com até três salários mínimos, alta de 2,7 pontos percentuais e no grupo com mais de dez salários mínimos a alta foi de 3,2 p.p.", disse a CNC em nota.

Do total das famílias brasileiras, 11,6% chegaram a janeiro sem condição de pagar dívidas atrasadas de meses anteriores. O indicador aumentou em janeiro em todos os grupos de renda, de forma mais expressiva entre os consumidores com até três salários mínimos (17,4% do total de inadimplentes). A parcela de consumidores que atrasaram dívidas por mais de 90 dias chegou a 44,5% dos inadimplentes,

a maior proporção desde abril de 2020.

De acordo com a economista da CNC responsável pela pesquisa, Izis Ferreira, o nível geral de endividamento vem perdendo fôlego desde novembro. Em relação a janeiro de 2022, embora a proporção de famílias com dívidas tenha avançado 1,9 ponto porcentual, a taxa anual está em desaceleração contínua desde meados de 2022.

"O cenário econômico como um todo, incluindo o desempenho positivo do mercado de trabalho, as políticas de transferência de renda e a inflação mais moderada são fatores que explicam o freio no endividamento, nos últimos meses", explica Ferreira. "Na prática, essas três condições ampliaram a renda disponível", complementou.

Em janeiro, 38,7% das famílias, ou quatro em cada dez, que têm renda mensal de até três salários mínimos atrasaram dívidas (5,7 pontos percentuais a mais do que em janeiro de 2022). Essa faixa de renda é a que puxa o indicador geral de inadimplência, que ficou em 29,9% em janeiro - uma queda de 0,1 p.p. em relação a dezembro.

"Apesar de ainda alto, o indicador de dívidas atrasadas caiu pela primeira vez após seis altas seguidas, o que mostra um esforço do consumidor para pagar em dia, no contexto de juros elevados", explica Izis Ferreira.

O percentual de inadimplência das demais faixas ficou abaixo da média nacional: 27,2% entre os que ganham de três a cinco salários, contra 20,4% dos que recebem de cinco a dez salários e 13,5% dos que têm vencimentos acima dos dez salários mínimos.

### Coneção



conexao@diariocomercial.com.br

Instagram: @coluna.conexao

POR MARCOS LUZ, JOÃO ROMÃO E VINICIUS PALERMO

### Firjan e Fiesp seguem agenda de encontros



Os encontros entre os presidentes das duas das mais importantes entidades industriais do Brasil continuam. Na segunda-feira, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, esteve com Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), e Luiz César Caetano, presidente em exercício da Firjan. O encontro realizado na Casa Firjan, na capital fluminense, teve como pauta a melhoria do ambiente de negócios, o processo de reindustrialização e o desenvolvimento econômico do país. Os dois mandatários cumpriram, nos últimos dias, agendas de encontros com integrantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

### Fiemg apresenta Programa Engenheiros do Futuro

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) apresentou na última segunda-feira o Programa Engenheiros do Futuro, que tem o objetivo de desenvolver competências que vão além do conhecimento técnico para suprir as demandas atuais do mercado. Desenvolvido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) em parceria com o SENAI, o curso já está com inscrições abertas por meio do site do Instituto. O presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, disse que a iniciativa criada em 2013 foi remodelada ao longo dos anos e, durante a pandemia, ela foi novamente atualizada, agregando conteúdos relacionados à indústria 4.0.

### Grupo Benner investe R\$ 16 mi em expansão

O Grupo Benner, desenvolvedor de software de gestão, investiu, em 2022, R\$ 16 milhões em tecnologia para expandir a oferta de serviços aos clientes e construir um ecossistema que contemple cada vertical de atuação. A estratégia da companhia é oferecer soluções inovadoras e desacopladas, baseadas em uma arquitetura de micro serviços, para atender as demandas das áreas de Saúde, RH, jurídico, logística e ERP, de maneira individual e integrada.

### Novo delegado de Representação na Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria no ES

O advogado tributarista Daniel Chernicharo, sócio fundador do escritório Toscano & Chernicharo Advogados, será o delegado de representação da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria no estado do Espírito Santo. Com sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a Câmara Italiana tem delegações nos demais estados de sua circunscrição com o objetivo de aumentar a capilaridade das suas atividades no território nacional. O trabalho amplia as oportunidades de negócios para empreendedores do estado e para empreendedores de fora que desejam investir ali. Fundada em 1950, a Câmara Italiana do Rio de Janeiro, oficialmente reconhecida pelo Ministério do Desenvolvimento Econômico Italiano, é uma importante ponte para a realização de negócios entre o Brasil e a Itália.



### Frente Nacional dos Prefeitos confirma presença de Lula em Reunião Geral

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) confirmou que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participará da 84ª Reunião Geral da entidade, que acontecerá em Brasília (DF) nos dias 13 e 14 de março. Durante o evento será realizada eleição de sua diretoria para o próximo biênio. Lula é esperado para a solenidade de posse, atividade que encerra o evento, no dia 14. As inscrições já estão abertas no site da entidade. O encontro do presidente Lula com prefeitos durante o evento da FNP foi confirmado no dia 27 de janeiro pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, em coletiva de imprensa que divulgou a instituição do Conselho da Federação. A programação do evento prevê, ainda, o lançamento da Bancada da FNP no Congresso Nacional, que deve ser um marco na representatividade das médias e grandes cidades no parlamento.

### Presidente do Conselho de Educação da ACRJ faz palestra em colégio

O presidente do Conselho Empresarial de Educação da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Paulo Milet, participou do encerramento da Jornada Pedagógica do Grupo Educacional Mopi, na semana passada. O evento reuniu mais de 300 professores da instituição de ensino. Milet foi convidado pelo sócio-diretor do Mopi, Vinicius Canedo, membro do Conselho e dirigente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (SinepeRio). Também participou do encontro a escritora, roteirista e jornalista, Eliana Alves Cruz.

### Em Angra, Fecomércio RJ e CCR apresentam obras de melhorias na Rio-Santos

Na semana passada, a Fecomércio RJ, o Grupo CCR RioSP e o Sicomércio de Angra dos Reis realizaram reunião técnica de apresentação do conjunto de melhorias e obras integrantes da concessão da rodovia Rio-Santos. Entre as principais melhorias previstas na estrada destacam-se as que ocorrem nos primeiros sete anos, como os 82 Km de duplicação da via, faixas adicionais unilaterais em 33 Km da construção de 88 retornos e trevos, além de várias bases de apoio da CCR.



NOVA OFENSIVA

# Fluxo de armas na Ucrânia poderá aumentar nível de violência no País

Medidas para combater o potencial desvio de armas e munições serão fundamentais para a recuperação pós-conflito e para a segurança regional

**A** alta representante para Assuntos de Desarmamento da ONU, Izumi Nakamitsu, falou ao Conselho de Segurança na quarta-feira sobre a situação na Ucrânia, após relatos de que diversos países estariam enviando ajuda militar ao governo de Kyiv.

A reunião solicitada pela Rússia contou com a participação do músico Roger Waters, da banda Pink Floyd, que falou por videoconferência, após o convite russo.

Izumi Nakamitsu avaliou que o grande fluxo de armas em situação de conflito pode escalar a violência.

Segundo ela, a assistência internacional inclui a transferência de armamento convencional pesado e munições, veículos de combate, defesa aérea, sistemas de artilharia de grande calibre, veículos aéreos não-tripulados e sistemas de mísseis, bem como armas pequenas e leves.

Para a subsecretária-geral, medidas para combater o potencial desvio de armas e munições serão fundamentais para a recuperação pós-conflito e para a segurança e estabilidade regional, bem como para prevenir conflitos em outras regiões.

De acordo com as normas internacionais, qualquer transferência de armas e munições deve envolver avaliações de risco prévias e controles pós-embarque, como inspeção no local e verificações do usuário final.

Nakamitsu também reforçou que a transparência é crucial para a confiança que pode servir para reduzir as tensões e ambiguidades entre os Estados-Membros.

Ela disse que o Registro de Armas Convencionais da ONU e o Tratado de Comércio de Armas continuam sendo instrumentos-chave.

Izumi Nakamitsu lembrou a invasão da Ucrânia fará um ano em breve, e renovou o apelo para a paz.

Para a alta representante para Assuntos de Desarmamento da ONU, a escalada e prolongamento do conflito



Volodymyr Zelenski chegou a Londres a bordo de um avião da Força Aérea Real britânica e foi recebido pelo primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak

só trará mais sofrimento. Ela acrescentou que a transferência de equipamento militar em apoio à Ucrânia não deve prejudicar a aspiração à paz.

Segundo os dados do Escritório de Direitos Humanos da ONU, a violência já deixou mais de 18 mil vítimas, sendo mais de 7 mil mortos e 11 mil feridos.

Ela reforçou que além de ataques a residências e escolas, instalações de saúde também têm sido alvo. Para a representante, a falta de água, gás, aquecimento e eletricidade são inaceitáveis, e os civis são os que mais sofrem com a escalada da violência.

Também na quarta-feira, numa nota separada, o Japão anunciou um investimento de

US\$ 16,1 milhões para apoiar a Unesco em projetos de educação, cultura e na proteção de jornalistas. A Ucrânia é maior beneficiada, recebendo um aporte de US\$ 10 milhões.

Com este valor, o Japão se torna o maior parceiro da agência da ONU na Ucrânia. O dinheiro deve oferecer apoio psicológico e aconselhamento jurídico aos jornalistas, bem como treinamento sobre como se proteger em zonas de guerra.

Agência da ONU também fornecerá equipamentos às redações, incluindo geradores para não interromper o trabalho.

A Unesco apoiará ainda a mídia local na Moldávia, Romênia e Eslováquia para fornecer

informações na língua ucraniana aos refugiados nesses países e promover o entendimento entre os refugiados e os moradores.

Em coordenação com o Ministério da Cultura da Ucrânia, quatro das instalações ucranianas serão restauradas, incluindo o Mosteiro de Kyiv-Petchersk. Um plano de preparação para emergências será desenvolvido para 10 locais, prevendo sua digitalização completa em formato 3D.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, iniciou uma visita ao Reino Unido na quarta-feira, 8, em rara viagem ao exterior, numa tentativa de obter mais armas avançadas, num momento em que Kiev se prepara para uma nova ofen-

siva da Rússia e elabora planos para retomar áreas ocupadas por forças de Moscou.

Zelenski chegou a Londres a bordo de um avião da Força Aérea Real britânica e foi recebido pelo primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak. Trata-se da primeira viagem do presidente ucraniano ao Reino Unido desde que a Rússia invadiu a Ucrânia, há quase um ano.

Durante a visita, Zelenski também discursou no Parlamento britânico e teve encontros com o rei Charles III e chefes militares britânicos.

O Reino Unido, um dos países que mais apoiam a Ucrânia militarmente, já enviou a Kiev o equivalente a mais de US\$ 2,5 bilhões em armas e equipamentos.

tra o fim do regime de Basha al-Assad.

O presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, afirmou que já foram confirmadas as mortes de 8.574 pessoas em decorrência do terremoto no país. O anúncio, feito durante uma visita de Erdogan ao epicentro do terremoto, na província de Kahramanmaraş, eleva o número total de mortos na catástrofe para mais de 11 mil.

O restante dos mortos reconhecidos até o momento vem da Síria. O governo oficial confirma que, em áreas que domina, 1.250 pessoas perderam a vida em eventos relacionados ao terremoto. Nas áreas dominadas por forças rebeldes, o grupo voluntário dos Capacetes Brancos afirma que ao menos 1.280 pessoas morreram.

Ao todo, mais de 45 mil pessoas ficaram feridas nos dois países, e 8 mil foram retiradas de escombros apenas na Turquia. O evento extremo é o mais letal desde 2011, quando um terremoto provocou um tsunami no Japão, matando cerca de 20 mil pessoas.

ESPIONAGEM

## EUA recuperam restos de balão chinês que foi abatido no mar

Os Estados Unidos recuperaram os primeiros restos do balão chinês acusado por Washington de realizar atividades de espionagem. O governo dos Estados Unidos descartou devolvê-los à China. O episódio se dá em meio à controvérsia ligada a um suposto balão espião da China que o Pentágono detectou sobrevoando o território americano dois dias atrás.

As equipes mobilizadas na costa da Carolina do Sul "resgataram alguns detritos da superfície do mar", informou John Kirby, porta-voz do Conselho de Segurança Nacional americano, acrescentando que as condições meteorológicas não permitiram realizar operações submarinas para um resgate maior. Segundo Kirby, os Estados Unidos "não têm intenção ou planos de devolver" os restos às autoridades chinesas.

Uma embarcação da Marinha americana inspeciona a área onde caíram os restos do balão, que tinha cerca de 60 metros de altura e transportava uma espécie de cesta de mais de uma tonelada, disse o general Glen VanHerck, chefe do Comando de Defesa Aeroespacial da América do Norte (Norad).

Republicanos criticam o democrata Joe Biden por ter, segundo eles, demorado para derrubar o dispositivo. John Kirby explicou que o atraso se deveu ao fato de que era uma ocasião para examinar o balão, e que espera que os restos tragam mais informações.

Kirby afirmou que os Estados Unidos tomaram "medidas para minimizar a capacidade de coletar (dados) sobre nossos sítios militares sensíveis que o balão teria tido".

Segundo o porta-voz, o governo "entrou em contato com funcionários importantes da administração anterior" para obter informações sobre os sobrevoos de balões chineses que aconteceram durante o governo de Donald Trump.

O ocorrido não parece ter surpreendido Joe Biden. "A questão do balão e a tentativa de espionagem dos Estados Unidos é algo que se espera da China", declarou, especificando que "não se trata de confiar na China, e sim de decidir em que podemos trabalhar juntos e em que divergimos".

Balões chineses sobrevoaram o território americano em três ocasiões, por breves períodos, durante a presidência de Trump, e uma vez, também brevemente, no começo do mandato de Joe Biden, afirma o Pentágono.

Desde que o balão foi derribado, os Estados Unidos estiveram em contato com autoridades chinesas, afirmou o porta-voz do Departamento de Estado, Ned Price, mas não falou-se em remarcar a viagem à China do chefe da diplomacia americana, Antony Blinken, adiada devido ao incidente.

O governo Biden também está em contato com aliados para atualizá-los sobre o que sabe em relação ao balão.

A China disse que vai "salvaguardar resolutamente seus direitos e interesses legítimos" sobre o abate do balão pelos Estados Unidos, à medida que as relações entre os dois países se deterioram ainda mais.

A China afirma que era um balão civil usado para pesquisa meteorológica, mas se recusou a dizer a qual departamento ou empresa do governo pertence. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Mao Ning, reiterou que o "dirigível não tripulado" não representava nenhuma ameaça e entrou no espaço aéreo dos EUA acidentalmente.

TURQUIA

# Criança recebe água em tampa de garrafa ainda presa em escombros

Mais uma cena comumente registrada durante as operações de resgate na Turquia repercutiram nas redes sociais, enquanto socorristas e voluntários tentam alcançar possíveis sobreviventes soterrados nos milhares de edifícios que caíram durante o tremor de segunda-feira, 6. A imagem de uma criança recebendo água dos socorristas em uma tampinha de garrafa foi compartilhada milhares de vezes, acendendo a esperança de que novas pessoas possam ser encontradas com vida, enquanto o prazo de resgate se torna cada vez mais curto.

As imagens foram compartilhadas pelo prefeito de Istambul, Ekrem Imamoglu. Nelas, o menino parece se alegrar com a água recebida dos socorristas,

apesar de ainda estar parcialmente preso sobre os destroços de uma construção derribada.

A criança foi identificada por Imamoglu como Muhammed Ahmed, um refugiado da guerra civil da Síria, que havia se mudado para a Turquia. A imagem, ainda de acordo com o prefeito, foi feita na cidade de Antakya, capital do Estado de Hatai.

A cena se soma a outros relatos de salvamentos improváveis que surgiram nos últimos dias. Em uma delas, uma equipe de resgate da ONU conseguiu retirar dos escombros, 17 horas depois do terremoto, uma menina de sete anos que protegeu o irmão mais novo durante o período que estiveram soterrados. No vídeo

que viralizou nas redes sociais, a menina aparece abraçada ao irmão enquanto clama por socorro.

Em outra sequência de imagens impressionante, gravadas na Síria, socorristas conseguiram resgatar com vida uma recém-nascida que ainda estava ligada pelo cordão umbilical à mãe morta. A bebê, cujos médicos disseram ter nascido sob os escombros sete horas depois do terremoto, foi levada até um hospital ao norte de Aleppo.

O terremoto que abalou a Turquia e a Síria alcançou a marca de mais letal da década após o número de mortos ultrapassar os 11 mil na quarta-feira, 8. Equipes de resgate locais, reforçadas pela ajuda da comunidade interna-

cional, correm contra o tempo para encontrar sobreviventes embaixo dos escombros dos milhares de prédios que colapsaram nos dois lados da fronteira - uma missão dificultada pelo rigoroso inverno.

A Turquia tem cerca de 60.000 funcionários humanitários na zona atingida pelo terremoto, mas com uma devastação generalizada, muitos ainda esperam por ajuda. Na terça-feira (7) começaram a chegar as primeiras equipes de emergência estrangeiras.

No caso da Síria, o acesso é dificultado tanto pela destruição de estradas e outras conexões com o país vizinho quanto pela situação geopolítica do país, dividido entre territórios sob controle do governo central e rebeldes que lutam con-

## ARCABOUÇO FISCAL

# Lula: fica cada vez mais caro aprovar projetos no Congresso

O presidente afirmou que tem confiança de que vai repetir o sucesso dos seus primeiros anos de governo no combate à miséria, com a volta do crescimento

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva alertou na quarta-feira, 8, durante reunião do Conselho Político do governo, que quanto mais o tempo passa, "mais caro" fica para aprovar projetos no Congresso. Apesar do início do ano legislativo e de ter obtido vitórias com a reeleição de Arthur Lira (PP-AL) ao comando da Câmara e a de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) à Presidência do Senado, o petista ainda não conseguiu fechar sua base aliada.

Partidos como o União Brasil e o PSD, que têm três ministros no governo cada um, estão rachados e não garantem todos os votos de suas respectivas bancadas para o Planalto, enquanto Lula e a equipe econômica têm pressa para aprovar a reforma tributária e o novo arcabouço fiscal. Além disso, o Palácio do Planalto articula o apoio do Congresso em outros temas considerados "delicados", como a medida provisória que retomou o voto de desempate a favor do Ministério da Fazenda no julgamento do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) e a que transferiu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Banco Central para a Fazenda.

"Quando vocês veem o Padilha chegar a uma reunião dessa, com um catau de folhas como esse, ninguém gosta de receber o Padilha, porque ele vem com uma demanda muito grande no Congresso Nacional. Não tem mais por que a gente não estar resolvendo todas as demandas que estão aparecendo para o Padilha, Jaques Wagner, Randalfe, José Guimarães", declarou Lula, em referência ao ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, responsável pela articulação política do Planalto com o Congresso, e aos líderes do governo no Legislativo.

O presidente afirmou ainda que tem confiança de que vai repetir o sucesso dos seus primeiros anos de governo no combate à miséria. "Confio que a economia vai voltar a crescer, depende muito de nós. A gente não tem que pedir licença para governar, a gente foi eleito, a gente não tem que tentar agradar ninguém, tem que agradar só o povo brasileiro que acreditou no programa que nos trouxe até aqui e isso que vamos cumprir", disse o presidente.

Lula ainda completou que todo governo tem direito de estabelecer sua política econômica e social. "Temos que tentar fazer dentro das nossas possibilidades o propósito pelo qual ganhamos as eleições."

Além dos parlamentares, os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, da Casa Civil, Rui Costa, e da secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também participam do encontro de quarta-feira. Na abertura da reunião, Padilha disse que o ministro da Fazenda faria um discurso em defesa da reforma tributária, mas a imprensa não teve acesso a esse trecho do evento.

Ele afirmou que o Palácio do Planalto vai manter diálogo permanente com os partidos da oposição no Congresso. No encontro, Padilha falou que o presidente construiu uma "frente ampla".

"Estamos compondo, de fato, uma frente ampla de construção política, de esforço, de união e reconstrução do País. Quero reafirmar que aquela era que existia aqui no Palácio do Planalto, em que se dizia que ia fuzilar a oposição, acabou", declarou o ministro, ao criticar uma fala



O vice-presidente da República e ministro da Indústria e do Comércio, Geraldo Alckmin, e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva

## APOIO MUTUO

## Lula e Biden tentam mostrar afinidade contra extrema-direita

A reunião dos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e dos Estados Unidos, Joe Biden, na sexta-feira, na Casa Branca, foi acelerada para mostrar afinidade contra a extrema direita. Diferentemente de outras visitas precedidas por semanas de intensa negociação bilateral e articulação diplomática para fechar anúncios em comum, desta vez não há a expectativa de um grande acordo. O mais importante, para petista e democrata, será o próprio encontro - e a foto dos dois juntos.

"O principal elemento a se destacar desta visita é o seu caráter político, a simbologia de ocorrer logo no início do mandato do presidente Lula", afirmou o embaixador Michel Arslanian, a jornalista, em Brasília.

Lula e Biden cogitaram se encontrar ainda antes da posse do brasileiro. Seria uma forma, na leitura dos dois lados, de expor o respaldo da comunidade internacional ao resultado da eleição no Brasil e tentar, com isso, arrefecer narrativas golpistas que estavam no radar de Washington desde 2021. Pelo mesmo motivo, a Casa Branca disparou um e-mail com reconhecimento do resultado das eleições brasileiras assim que viu o anúncio por parte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em outubro do ano passado.

A reunião entre os dois presidentes não ocorreu em dezembro por incompatibilidade de agenda, e os americanos sugeriram, então, que Lula viajasse aos EUA na segunda semana de governo. O Planalto respondeu que logo no início do governo seria inviável e considerou o mês de fevereiro como a primeira data possível para o encontro.

Demonstrar apoio mútuo e discutir publicamente formas de conter o avanço de autoritarismos interessam a Biden e a Lula. Os dois se apresentaram aos eleitores como alternativa ao extremismo e prometeram fazer da defesa da democracia um pilar de seus governos, dentro

e fora dos dois países.

Diplomatas envolvidos na organização da visita ressaltam o "caráter político" da viagem e o componente simbólico de indicar que, nos EUA e no Brasil, líderes populistas de direita que empreenderam ataques à democracia foram derrotados nas urnas. "Os dois países (estão) experimentando desafios semelhantes, há uma preocupação comum com o tema da radicalização, da violência política, do uso das redes para difusão de desinformação e discurso de ódio", afirmou Arslanian.

A pressa de Biden para se encontrar com Lula contrasta com o tratamento dispensado ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Biden fugiu de uma foto com Bolsonaro e quanto pôde. Nunca falou por telefone com o ex-presidente, chamado pela imprensa americana de "Trump dos trópicos".

Os dois só se encontraram pessoalmente após Biden ver-se sem saída para convencer o Brasil a participar da esvaziada Cúpula das Américas, realizada em Los Angeles em 2022. Na ocasião, o americano fez questão de manter semblante sério diante das câmeras, ao se reunir com Bolsonaro.

Biden e Lula também querem indicar que vão tirar a relação bilateral do "banho-maria", como definiu Arslanian. Desde a eleição de Biden, Washington deu um gelo diplomático em Brasília, depois dos dois anos de "bromance" entre Bolsonaro e Donald Trump. O contato diplomático continuou a ocorrer, mas sem relação presidencial.

"Um encontro entre presidentes em que se consiga impulsionar, mesmo que do ponto de vista político, a relação bilateral, tem um significado e um valor muito grandes. Quando se tem um impulso político, isso ajuda a canalizar as burocracias na direção de resultados concretos", afirmou o CEO da Amcham Brasil, Abrão Neto.

Lula quer mostrar que há disposição para discutir questões climáticas, proteção da Amazônia e modelos de transição energética - por isso, levará em sua comitiva a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva -, e os EUA dão sinais de que vão retribuir os gestos.

O Brasil espera que os americanos anunciem na sexta-feira a entrada no Fundo Amazônia para destinar recursos para a preservação da floresta. Também há expectativa de que confirmem a vinda de John Kerry, enviado especial do clima, para visitar o Brasil.

Sobre questões econômicas, o CEO da Amcham ponderou que a ambição de Biden de aproximar dos EUA as cadeias de produção, tema recorrente entre americanos desde que eclodiram a pandemia de covid-19 e a guerra na Ucrânia, interessa a Lula, que defende uma política de reindustrialização nacional. O governo brasileiro considera, por exemplo, que algumas fases da cadeia de produção de semicondutores, incentivada pelos EUA, poderiam ser realizadas no Brasil.

Mas Lula busca um protagonismo no plano multilateral maior do que o que a Casa Branca parece destinar a ele. O petista quer se colocar como um intermediador da paz na Ucrânia, com a criação do que chama de "clube da paz". O tema não consta da lista dos assuntos prioritários da Casa Branca, que espera ouvir do brasileiro como ele pode se posicionar como um intermediador para construir uma saída para a situação política da Venezuela de Nicolás Maduro.

Além de Marina, vão compor a comitiva de Lula a primeira-dama, Janja, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, o assessor especial para assuntos internacionais, Celso Amorim, e a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. O presidente pretende passar só um dia em Washington e terá encontro com parlamentares de esquerda, como o senador Bernie Sanders.

do ex-presidente Jair Bolsonaro.

"Vamos manter diálogo permanente com aqueles partidos que hoje se declaram oposição, que de alguma forma não quiserem participar do governo", emendou Padilha, responsável pela articulação política com o Congresso. De acordo com o ministro, o Conselho Político deve se reunir mensalmente, numa espécie de "fórum permanente". O diálogo do Planalto, segundo ele, será também com

governadores, prefeitos e sociedade.

Para a reunião de quarta foram chamados presidentes de partidos e os líderes das siglas na Câmara e no Senado. Foram convidados MDB, PDT, PSB, PV, PCdoB, Solidariedade, Patriota, PSD, Podemos, União Brasil, Avante, PSOL, Rede, Cidadania, além de lideranças do PT, como a presidente do partido, Gleisi Hoffmann. O vice-presidente Geraldo Alckmin e outros

ministros também participam do encontro.

Lula afirmou que quer estabelecer a conversa "mais civilizada possível" com o Congresso Nacional. "Tenho certeza que vamos conseguir uma maioria para fazermos as mudanças que precisamos neste País", disse.

O presidente afirmou que sua relação com o Congresso deve exceder as eleições presidenciais de 2022. "Nunca vou perguntar para alguém em

quem a pessoa votou", declarou na rede social. "Eu vou perguntar o que quer fazer daqui para frente. Esse será o compromisso do governo."

"Nós temos a chance de mostrar ao Brasil que é possível conviver democraticamente na diversidade, discordar e debater de forma respeitosa. E que nós fomos eleitos porque a sociedade brasileira permitiu que estivessemos aqui", escreveu o presidente.

## INFLAÇÃO

## Câmara analisa projeto que atualiza a tabela do IR

O Projeto de Lei 226/23 atualiza a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de acordo com a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre 2015 e 2022. Conforme o texto em análise na Câmara dos Deputados, as faixas de tributação serão corrigidas em 53,59%.

A faixa de isenção do IR prevista na proposta é de R\$ 2.924,27 mensais, valor equivalente hoje a 2,25 salários mínimos. Atualmente, estão isentas as pessoas que recebem até R\$ 1.903,98 mensais, o equivalente a 1,46 salário mínimo. O texto em análise altera ainda vários outros limites previstos na legislação do IR.

"Essa atualização não implica proporcionar ganhos reais aos contribuintes nem tampouco compensar eventuais injustiças cometidas no passado", disse o autor da proposta, deputado Mendonça Filho (União-PE). Segundo ele, a ideia é atenuar os efeitos da inflação na carga tributária suportada pelo contribuinte.

Em 2021, a Câmara aprovou com alterações o Projeto de Lei 2337/21, do Poder Executivo, como parte de um conjunto de iniciativas visando uma reforma tributária. O texto, que promove uma correção de 31,3% na tabela do IR e altera as alíquotas de contribuição, ainda aguarda a designação de relator no Senado.

Posteriormente, um estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, elaborado em agosto do ano passado, demonstrou que a defasagem nas faixas de tributação para o Imposto de Renda, que não passam por ajustes desde abril de 2015, tem provocado uma desigualdade tributária no País.

Outras três iniciativas já em análise na Câmara pretendem alterar as deduções na declaração anual de IR - hoje estão autorizadas, entre outras, algumas despesas com saúde, educação e previdência privada. Uma delas, do deputado André Figueiredo (PDT-CE), inclui na lista os profissionais de educação física (PL 22/23).

Já o deputado Lula da Fonte (PP-PE) apresentou duas propostas para ampliar o rol de deduções no IR com abatimentos referentes à contribuição à Previdência Social paga pelo empregador doméstico (PL 245/23) e também as despesas com médicos veterinários ou clínicas e hospitais veterinários (PL 246/23).

Entre as propostas apresentadas até o dia 6, a deputada Renata Abreu (PODE-SP) sugeriu alterar critério para que pais, avós ou bisavós sejam enquadrados como dependentes (PL 44/23). Atualmente, os ascendentes só poderão ser incluídos desde que, no ano anterior, tenham recebido rendimentos de até R\$ 22.847,76.

O deputado Marangoni (União-SP) apresentou proposta para contribuinte isento de IR por motivos de saúde seja dispensado de comprovar que a doença ainda existe ou que não está controlada para fazer jus ao benefício (PL 36/23). Segundo ele, há no Superior Tribunal de Justiça (STJ) decisão neste sentido desde 2018.

Por sua vez, o deputado Léo Prates (PDT-BA) pretende ampliar as possibilidades de doações na declaração anual das pessoas físicas e jurídicas, incluindo como beneficiários os fundos municipais, estaduais e nacional do animal doméstico (PL 287/23) e os controlados pelos conselhos da pessoa com deficiência (PL 290/23).

As propostas ainda serão despachadas para análise das comissões permanentes da Câmara.

AJUDA

## Governador de Roraima pede saída de garimpeiros

O governador de Roraima, Antonio Denarium, destacou na quarta-feira (8) a necessidade de saída dos garimpeiros que atuam ilegalmente na Terra Indígena Yanomami. Ele se reuniu com os ministros da Defesa, José Múcio, e dos Direitos Humanos, Sílvio Almeida, em Boa Vista. Os dois ministros estão no estado para acompanhar ações de enfrentamento à crise humanitária vivida pelos yanomami. Eles também vão visitar os acampamentos de imigrantes venezuelanos na capital.

"Todos eles têm a consciência da necessidade disso aí. É muito importante que todos saiam. O governo federal, com o trabalho do governo do estado, está estimulando essa saída também para que não haja conflitos", afirmou.

Denarium disse que a reabertura parcial do espaço aéreo sobre a terra indígena foi uma demanda do governo do estado e da bancada federal de parlamentares de Roraima. A medida é por prazo determinado e vai vigorar até a próxima segunda-feira (13).

Segundo ele, a atividade de garimpo no estado é "centenária" e é preciso encontrar alternativas de renda a esses trabalhadores e seus familiares.

"É um desafio para o governo do estado colocar essas pessoas no mercado de trabalho. Nós temos que fazer curso de capacitação, temos que ter programas específicos para atender essas pessoas", prometeu.

Denarium disse ter pedido ao governo federal apoio para a inclusão dos garimpeiros em programas de assistência social, como o Bolsa Família.

Os indígenas da etnia Yanomami vivem uma grave crise humanitária, afetados principalmente pelo garimpo ilegal que domina o território, gerando destruição ambiental, contaminação da água, propagação de doenças e violência. O quadro é histórico, mas foi agravado nos últimos quatro anos.

O governo federal deu início às ações de repressão ao crime e de retirada dos garimpeiros da terra indígena. Entre segunda-feira, 6, e o início da noite de terça-feira, 7, foram destruídos um helicóptero, um avião, um trator de esteira e estruturas de apoio logístico ao garimpo. Foram apreendidas ainda duas armas e três barcos, com cerca de 5 mil litros de combustível.

A ação foi liderada por agentes do Ibama, com apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e da Força Nacional de Segurança Pública.

Ibama e Força Nacional instalaram uma base de controle no rio Uraricoera, principal rota fluvial da região, para impedir o fluxo de suprimentos para os garimpos. Além de gasolina e diesel, os barcos apreendidos carregavam cerca de uma tonelada de alimentos, freezers, geradores e antenas de internet.

Todos os suprimentos serão usados para abastecer a base de controle. Nenhuma embarcação com carregamento de combustível e equipamentos será autorizada a seguir daquele ponto de bloqueio em direção aos garimpos.

A instalação de bases de controle será estendida para outras áreas da terra indígena. A estrutura logística é fornecida pela Funai, com o apoio dos próprios indígenas nesta fase da operação.

A ação aérea é realizada pelo Grupo Especializado de Fiscalização (GEF) do Ibama, que monitora pistas de pouso clandestinas na região. Sobrevoos para identificar e destruir a infraestrutura do garimpo, como aviões, helicópteros, motores e instalações, serão mantidos. O trator destruído era usado para abrir "ramais" na floresta.

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

# Pacheco: democracia saiu mais forte no Brasil

O presidente do Senado afirmou que a violência da minoria não representa a vontade do povo e o episódio não será esquecido

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em discurso de um mês sobre os ataques de 8 de janeiro, reforçou que a democracia brasileira saiu mais forte dos atos golpistas. Segundo ele, a violência dessa minoria não representa o povo.

Conforme pontuou, os atos foram incitados por uma "minoria inconformada com o resultado eleitoral" que tentou "tomar de assalto os Poderes da República e atentou contra a democracia brasileira". Ao citar resposta das instituições como célere e firme, Pacheco destaca que a violência dessa minoria não representa a vontade do povo brasileiro.

"Esse episódio deplorável não será esquecido e produzirá consequências severas aos responsáveis", comentou, no início da sessão de quarta-feira, 8. "As instituições brasileiras não se eximirão de investigar e punir exemplarmente todos os criminosos envolvidos, direta ou indiretamente, naquela barbárie", reiterou.

Pacheco relembra o trabalho feito pela Polícia Legislativa desde os atos, com a identificação de alguns invasores. Ele pontuou que a segurança foi reforçada e houve o aumento do número de detectores de metal nos acessos aos prédios da Casa. "Estamos reforçando a capacitação da nossa polícia legislativa para coibir e conter outras tentativas."

O senador disse que as reparações necessárias do prédio do Senado estão praticamente finalizadas.

Há um mês, Brasília era palco de um cenário de terror e de violência. Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro depredaram os prédios públicos do Congresso Nacional, do Superior Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Planalto. Os vandálicos marcharam do Quartel-General do Exército até a Espla-



Pacheco: "as instituições brasileiras não se eximirão de investigar e punir"

nada e furaram, sem resistência da Polícia Militar, um bloqueio e invadiram os edifícios dos Três Poderes.

Os episódios implicaram em uma crise de desconfiança entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os militares, houve milhares de prisões e a abertura de uma operação pela Polícia Federal para localizar responsáveis e financiadores dos atos golpistas.

Relatórios de inteligência em poder do governo indicaram que 100 ônibus com 3.900 pessoas chegaram em Brasília com disposição de retomar protestos de rua contra a eleição do presidente Lula no dia 8 de janeiro, um domingo. A invasão vinha sendo preparada por extremistas leais ao ex-presidente Bolsonaro desde o dia 3 de janeiro, quando radicais começaram a divulgar com grande intensidade mensagens em aplicativos como o Telegram e o WhatsApp para trazer mani-

festantes de todo o País para a capital federal, com todas as despesas pagas.

A segurança em Brasília foi reforçada e o governo passou a falar em endurecer o tratamento contra quem adoteasse discurso golpista, mas o cenário visto no dia dos ataques foi diferente. Vídeos captados pelas câmeras externas do STF flagraram o momento em que a Tropa de Choque da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) desmontou um bloqueio tático posicionado próximo ao Congresso Nacional que impedia a invasão dos golpistas aos demais prédios públicos localizados na praça dos Três Poderes.

Mesmo com a crise instalada, a Polícia Militar do Distrito Federal continuou permitindo que manifestantes transitassem livremente pela área, sem nenhum tipo de restrição. Após extremistas furarem o bloqueio, parte dos policiais abandonou-

ram as barreiras e foram comprar água de coco em frente à Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida.

Poucos dias após os ataques, os primeiros vandálicos envolvidos no episódio começaram a ser presos. A Polícia Militar do Distrito Federal prendeu tanto aqueles que estavam presentes quanto aqueles que estavam acampados em frente ao Quartel-General do Exército. Ao todo, mais de 1,3 mil golpistas foram levados pela polícia.

A reportagem teve acesso aos detalhes da situação diária que os presos que teceram diversas reclamações às condições de vida no cárcere. Algumas críticas foram referente aos banhos frios, grande quantidade de pessoas em uma mesma cela, noites sobre um colchão fino lançado no chão e o mau cheiro que escapava do banheiro. Nos grupos e canais de aplicativos de mensagem, o clima de euforia passou a ser de desolação.

Fotografias, vídeos e trocas de mensagens em grupos restritos comprovam que a invasão foi um ato premeditado e organizado em seus detalhes, e não uma ação espontânea. A reportagem analisou cerca de 26 horas de transmissões ao vivo, listas de passageiros de ônibus, postagens em redes sociais e centenas de imagens. O material explicita que os manifestantes foram para Brasília dispostos, efetivamente, a invadir as sedes dos três Poderes.

Outra informação foi descoberta: cerca de 20 horas antes da invasão, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) teria dispensado por escrito o pelotão de 36 homens do Batalhão da Guarda Presidencial.

or ordem do Supremo Tribunal Federal, a Polícia Federal abriu no dia 20 de janeiro a Operação Lesa Pátria para prender preventivamente investigados sob suspeita de participarem, financiarem ou fomentarem os atos golpistas do dia 8.

## Senado propõe regra e restrição para o reconhecimento facial

No momento em que ganha notoriedade o uso de ferramentas como o ChatGPT - capaz de criar textos complexos em formatos variados -, uma comissão de especialistas convocada pelo Senado apresentou uma proposta para regular a inteligência artificial (IA).

Entre os principais pontos, o texto restringe o uso de câmeras instaladas pelas secretarias de segurança pública para reconhecimento facial indiscriminado de pessoas que circulam nas ruas. Também veda a implementação de modelos de "ranqueamento social", usado pela China, em que cada cidadão recebe uma pontuação de acordo com seu comportamento nas redes sociais e a nota serve para assegurar ou não acesso a recursos públicos.

O Senado convidou uma comissão de 18 juristas para elaborar a proposta de regulação, que tem 45 artigos. O grupo, liderado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Ricardo Villas Bôas Cueva, redigiu um relatório de mais de 900 páginas, com a colaboração de membros da academia, da sociedade civil e de empresas ouvidos em audiências públicas realizadas entre abril e maio do

ano passado.

Participaram juristas e especialistas em direito digital e membros da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) que estiveram na concepção da Lei Geral de Proteção de Dados.

Pela proposta, empresas que usem sistemas de IA de alto risco precisam adotar medidas de governança que registrem o funcionamento da inteligência e métodos para corrigir vieses. As sanções administrativas sugeridas variam entre advertência, multa simples de até 2% do faturamento, de no máximo de R\$ 50 milhões por infração, até a suspensão parcial ou total do sistema.

O senador Eduardo Gomes (PL-TO), que apresentará a proposta, disse que novos temas serão incluídos no texto. "Temos consciência de que é um assunto muito dinâmico. Assim não teremos prejuízos por falta de diálogo", disse. Um dos caminhos possíveis é que o texto seja apresentado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois levado ao plenário. "É um tema muito urgente", disse.

O texto lista "níveis de risco" para o uso de sistemas infor-

matizados e estabelece direitos e deveres, entre eles o de uma empresa ter de explicar uma decisão tomada por uma inteligência artificial, de usuários questionarem judicialmente decisões, solicitarem intervenção humana e de não serem discriminados por vieses como racismo ou misoginia.

A proposta analisou legislações aprovadas pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

A maioria dos mecanismos de controle à IA nos países da OCDE foi elaborada há pouco mais de três anos e varia em relação ao papel interventor do Estado. Alguns países que compõem a União Europeia preferem diretrizes do bloco, que pretende chegar a um consenso do projeto regulador final em março deste ano.

Ainda não há também nos Estados Unidos uma legislação reguladora própria. O Comitê Consultivo Nacional de Inteligência Artificial do país foi lançado em abril de 2022, e se espera que um projeto de lei seja apresentada neste ano.

O relatório aponta a Coreia do Sul (que desenvolveu uma estratégia nacional em 2019)

como o país com o maior número de medidas para eliminar barreiras legais ou regulatórias, enquanto a Alemanha (que publicou sua estratégia em 2018 e a atualizou em 2020) se destaca pela quantidade de iniciativas de regulação.

"Certamente, a IA tem um enorme potencial de tornar mais eficientes variados produtos e serviços, mas também pode ameaçar direitos. Daí a importância de normas de caráter geral que protejam os cidadãos", disse o ministro do STJ Ricardo Villas Bôas Cueva. "Recentemente, por exemplo, foi anunciado que o ChatGPT foi utilizado para produzir uma sentença judicial na Colômbia, o que gerou grande perplexidade na comunidade jurídica por causa da necessária interação humana em uma análise judicial."

Criadora do ChatGPT, Mita Murati disse, em entrevista à revista Time, que o momento é propício para a regulação de inteligências artificiais. O ChatGPT se tornou o aplicativo de crescimento mais rápido da história quando alcançou 100 milhões de usuários em janeiro. A tecnologia causa preocupações a reguladores pelo mundo.

CULTURA

## Menezes: desafio vai além da recriação o ministério

Os desafios do Ministério da Cultura vão muito além da recriação de uma pasta extinta por um governo que trabalhou rotineiramente contra a cultura. Abrangem também, além da retomada de políticas culturais, trabalhos visando à ressignificação do conceito de cultura para pessoas que, em meio a tantas manipulações, tiveram visões distorcidas sobre esse elemento que, nas palavras da ministra Margareth Menezes, é "a alma da nação e a alma de um povo".

Ao receber jornalistas para um café da manhã, a ministra falou sobre os primeiros dias no cargo, antecipou projetos e enumerou alguns dos principais desafios a serem enfrentados. "Recriamos há 14 dias o ministério. O que encontramos foram projetos captados e liberados, porém bloqueados desde 2020 sem qualquer justificativa.

"O nível de desmonte foi gigantesco" e atingiu todas as áreas, afirmou o secretário executivo Márcio Tavares. "A Secretaria Especial de Cultura não executava nenhuma política cultural. Tudo estava parado há anos, exceto emendas parlamentares daqueles que eram mais próximos do governo anterior", disse.

Como consequência, acrescentou a ministra, "em poucos anos, o Brasil caiu da 7ª para a 13ª posição como país que mais influencia a cultura no mundo".

Perguntada sobre "a pior coisa encontrada no ministério", Margareth Menezes disse que o que mais mexeu com ela foram os depoimentos que ouviu dos servidores. "Ouví muitos depoimentos de assédio moral, inclusive de gente proibida de usar máscara."

Ministra e secretário mostraram-se satisfeitos com o orçamento de R\$ 5 bilhões previstos para a pasta. "É um orçamento histórico do deste ano, e nos dará condições de recuperar a estrutura do ministério, bem como de retomar um conjunto de políticas", disse Margareth.

Ela destacou a volta do Conselho Nacional de Incentivo à Cultura, enquanto ferramenta de democratização e debate para as políticas culturais. "Esta era uma comissão democrática, que passou a ter [suas atribuições] feitas por uma pessoa apenas, mas vamos retomar essa apreciação que era feita pela comunidade".

Ainda no âmbito da participação popular nas políticas culturais, o ministério pretende elaborar um "cronograma de conferências". A expectativa é que o primeiro encontro ocorra de forma presencial entre novembro e dezembro deste ano.

Sobre a retomada da Lei Rouanet - programa do governo federal que permite a pessoas físicas e jurídicas aplicar parte do Imposto de Renda em eventos culturais -, a ministra disse que está em elaboração um decreto que vai "repositonar a Lei Rouanet, levando em conta as transversalidades que o governo Lula traz".

De acordo com a ministra, o fomento à cultura será cada vez mais descentralizado e terá como prerrogativa "buscar e incentivar projetos fora do eixo central que é o Sudeste". Margareth Menezes lembra, no entanto, que quem escolhe os eventos culturais a serem beneficiados são os patrocinadores. "Vamos conversar com eles para mostrar que cultura é um olhar para a diversidade."

"Além disso, vamos mostrar que cultura gera retorno econômico para o país. Cada real investido em cultura gera de R\$ 1,5 a R\$ 1,6 de retorno. Será a volta de funcionamento deste mercado que é um setor de mobilidade econômica. A cultura voltou, e os trabalhadores da cultura merecem respeito".

## CENSO ESCOLAR

# Matrículas na educação básica cresceram, após o fim da covid

As inscrições em creches, que haviam recuado entre 2019 e 2021, cresceram 8,9% na rede pública e de 29,9% na rede privada, possibilitando a expansão de 3,9% do total de matriculados

O Censo Escolar da Educação Básica 2022 indica que o número de matrículas no Brasil aumentou após o fim da emergência em saúde pública por conta da covid-19. No ano passado, foram registrados 47,4 milhões de estudantes em 178,3 mil escolas de educação básica – 714 mil alunos a mais que em 2021.

O levantamento mostra que, no mesmo período, as escolas privadas apresentaram uma expansão de 10,6% nas matrículas, o que as aproxima dos níveis observados em 2019, antes da pandemia. A queda mais significativa durante a crise sanitária, segundo o Ministério da Educação (MEC), foi identificada justamente nessa rede de ensino.

Já na rede pública de ensino, de acordo com o censo, os números na educação básica não apresentaram grande variação – foram 38,3 milhões de matrículas registradas no ano passado, contra 38,5 milhões contabilizadas no ano anterior.

Durante coletiva de imprensa, o ministro da Educação, Camilo Santana, avaliou que os resultados do censo mostram que o país está retomando os índices registrados antes da covid-19. “A pandemia agravou o país em várias áreas, mas, principalmente, na área da educação. Estamos retomando os patamares”, disse.

O censo mostra que as matrículas em creches, que haviam recuado entre 2019 e 2021, cresceram em 2022. Em comparação com o ano anterior, o aumento foi de 8,9% na rede pública e de 29,9% na rede privada de ensino, ultrapassando os índices observados no período pré-pandemia



Camilo: “a pandemia agravou o País em várias áreas, mas, principalmente, na área da educação. Estamos retomando os patamares”

em ambas as redes.

O levantamento registrou um total de 74,4 mil creches em funcionamento no país. Nesse universo, 66,4% das matrículas são da rede pública e 33,6%, da privada, sendo que 50,7% dessas creches privadas possuem convênio com o poder público.

As matrículas na pré-escola também aumentaram. Entre 2019 e 2021, houve uma redução de 25,6% nos alunos de escolas privadas, mas a elevação de 20% nessa rede ao longo do último ano possibilitou um crescimento de 3,9% do total de matriculados.

Foram registrados, em 2022, mais de 5 milhões de matrículas na pré-escola. Desses, 78,8% são

na rede pública e 21,2%, na privada, sendo que 166,7 mil alunos frequentam escolas conveniadas com o poder público.

De acordo com o censo, das 178,3 mil escolas de educação básica, 122,5 mil ofertam alguma etapa do ensino fundamental. Dessas, 105,4 mil atendem a alunos nos anos iniciais (1º ao 5º) e 61,8 mil, nos anos finais (6º a 9º).

A rede municipal é a principal responsável pela oferta dos anos iniciais: são 10,1 milhões de estudantes (69,3%), o que corresponde a 85,5% da rede pública. Por outro lado, 18,9% dos alunos frequentam escolas privadas – a rede cresceu 5,3% de 2021 para 2022.

Já nos anos finais do ensino

fundamental, há uma divisão de responsabilidade entre estados e municípios. A rede municipal atende a 5,3 milhões de alunos (44,4%) e a estadual, a 4,8 milhões (39,9%). As escolas privadas, com 1,8 milhão de estudantes, reúnem 15,5% das matrículas.

Em 2022, foram registrados 7,9 milhões de matrículas no ensino médio – um aumento de 1,2% em relação a 2021. “Configura-se uma tendência de crescimento que chega a 5,4% desde o início da ascensão dessa curva, em 2019”, destacou o MEC.

A rede estadual tem a maior participação nessa etapa (84,2%), atendendo a 6,6 milhões de alunos. Nela também está a maio-

ria dos estudantes das escolas públicas (87,7%), enquanto a rede federal participa com 232 mil alunos (3%). Já a rede privada possui cerca de 971,5 mil matriculados (12,3%).

Em relação ao turno e à oferta, 81,9% dos alunos do ensino médio estudam no turno diurno e 18,1% cursam o período noturno. Os dados indicam que 94,8% frequentam escolas urbanas e 43,8% das escolas de ensino médio atendem a mais de 500 estudantes.

O censo mostra que, de 2019 para 2020, houve uma elevação acentuada na taxa de alunos aprovados, influenciada, segundo o MEC, por “ajustes no planejamento curricular das

escolas” em função da pandemia. Já em 2021, observou-se uma queda nas aprovações, mas os percentuais se mantiveram num patamar superior ao observado antes da covid-19.

Em relação à chamada taxa de insucesso, que considerava reprovação e abandono, houve uma mudança considerável entre 2019 e 2020, com uma redução consistente em todas as séries da rede pública e a elevação nas iniciais do fundamental, na rede privada. Já em 2021, verificou-se um movimento em direção ao padrão observado antes da pandemia, mas ainda com taxas de insucesso inferiores.

O censo avaliou ainda a educação de jovens e adultos (EJA), que recebe pessoas que ainda não concluíram o ensino regular. De 2019 para 2020, cerca de 230 mil alunos dos anos finais do ensino fundamental e 160 mil do ensino médio migraram para a EJA.

O MEC destacou que o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) tem se firmado como uma alternativa para a obtenção do certificado dessas etapas de ensino da educação básica. Em 2019, foi registrado número recorde de inscritos: 3 milhões. Nas edições de 2020 e 2022, foram 1,7 milhão e 1,6 milhão de pessoas inscritas, respectivamente. Não houve aplicação em 2021 em função da pandemia.

Em 2022, foram contabilizados 2,3 milhões de professores e 162.847 diretores na educação básica brasileira. Os dados do censo mostram que quem exerce cargo de direção, em sua maioria, tem formação superior (90%) e é mulher (80,7%).

## ARRECADAÇÃO

# Tarcísio veta redução de imposto sobre doações e heranças em São Paulo

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), vetou o projeto de lei que reduz o imposto sobre doações e heranças, aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) no final do ano passado, no apagar das luzes do ano legislativo. O projeto, de autoria do deputado Frederico d’Ávila (PL-SP), previa que a alíquota do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) cairia de 4% para 1% na tributação incidente sobre heranças e para 0,5% nas doações.

A secretaria de Fazenda estima que a medida retiraria R\$ 4 bilhões por ano da arrecadação estadual. Na mensagem enviada à Alesp, como justificativa ao veto, o governador afirma que reconhece “os elevados propósitos do legislador”, mas diz que o texto não prevê formas de compensação na arrecadação, seja por meio do “aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição”.

De acordo com Tarcísio, a proposta prevê um benefício de natureza tributária sem esti-

mar o impacto orçamentário e financeiro aos cofres públicos. A renúncia de receita sem contrapartida desrespeita os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ele diz ainda que a Secretaria da Fazenda e Planejamento entende que a proposição esvaziava “quase completamente a arrecadação do imposto”, já que a nova alíquota representaria 25% do nível atual para heranças, e 12,5% em casos de doações.

O ITCMD deve ser pago por quem recebe bens ou direitos, por herança ou doação. O tributo é usado para reduzir a desigualdade social em outros países.

A própria OCDE desenvolve um trabalho que foca no papel que os impostos sobre herança podem desempenhar para diminuir a desigualdade.

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), iniciou também a construção de 112 moradias do Programa Vida Longa, que vão beneficiar pessoas idosas nas cidades de Americana, Boituva, Olímpia e Salto de Pirapora.

O investimento total é de R\$



Tarcísio: “a proposta prevê um benefício de natureza tributária sem estimar o impacto orçamentário”

18,9 milhões, que serão repassados para a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), responsável pela execução das obras.

Cada um dos conjuntos residenciais terá 28 unidades habitacionais destinadas a pessoas com 60 anos ou mais, que vivem

sozinhas, em situação de vulnerabilidade social, com renda de até dois salários mínimos. Os documentos, firmados entre a secretaria e os municípios preveem a conclusão das obras no mês de dezembro deste ano.

“Além de garantir atendimento habitacional, o programa

oferece espaços de convivência que melhoram a qualidade de vida de pessoas idosas e vulneráveis por diversos fatores. O Vida Longa cumpre um papel importante ao trazer dignidade para aqueles que estão na melhor idade”, diz o secretário de Desenvolvimento Urbano

e Habitação, Marcelo Cardinale Branco.

Dos 33 projetos do Programa Vida Longa, cinco já foram concluídos e 28 estão em diversas etapas de produção. Atualmente, há 17 empreendimentos em obras, outros 10 na fase de desenvolvimento e um em licitação.

Lançado em outubro de 2019, o Vida Longa faz parte da política habitacional do Estado e tem o caráter protetivo. É uma ação conjunta entre a CDHU e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, articulada com os municípios paulistas. Tem se mostrado uma alternativa viável para oferecer moradia digna e qualidade de vida à população com idade igual ou superior a 60 anos, que tem baixa renda mensal e vive só.

Os conjuntos do programa são projetados seguindo parâmetros de acessibilidade do Desenho Universal, um conceito arquitetônico adaptável para permitir facilidade no uso da moradia por qualquer indivíduo com dificuldades de locomoção, temporária ou permanente. Todos têm cozinha, sala de estar e dormitório conjugados, banheiro e área de serviço.

Planejado para incentivar o processo de socialização dos moradores, os residenciais têm espaços comuns de convivência e lazer, salão com refeitório e área para assistir televisão, uma área externa com churrasqueira e forno à lenha, aparelhos para atividades físicas, bancos de jardim, horta elevada e paisagismo.



## METEOROLOGIA

## Corpo de Bombeiros realiza trabalho essencial após chuvas

Com a capital fluminense castigada pela forte chuva que caiu no fim da tarde de terça-feira, corporação foi para as ruas para atender mais de 300 ocorrências de tipos variados



Cenário que se repete há décadas, sempre que chove muito forte na cidade do Rio de Janeiro: Carros sendo engolidos pela água que se acumula nas ruas e leva transtorno para quem precisa se locomover

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) atenderam cerca de 300 ocorrências desde às 17h de terça-feira, quando o território fluminense foi atingido por forte temporal. Foram 70 salvamentos de pessoas presas ou ilhadas, 105 registros de alagamentos e de inundações, 82 cortes de árvores e 37 desabamentos ou deslizamentos. Até o início da tarde de quarta (8), os bombeiros registraram duas mortes no estado.

Na capital, uma criança de 2 anos de idade morreu, vítima de um desabamento na Chácara do Céu, na zona norte da cidade. Em Saquarema, na Região dos Lagos, um homem de 27 anos foi atingido por um raio no bairro de Vilatur.

O Centro Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden-RJ) permanece monitorando as condições meteorológicas e os níveis pluviométricos, enviando alertas para os municípios.

Para prevenir e minimizar danos, a Secretaria de Estado de Defesa Civil (Sedec-RJ) e o CBMERJ fazem o monitoramento das precipitações em todo o estado. Agentes da Defesa Civil Estadual continuam em contato permanente com as prefeituras e

dão suporte quando as ocorrências extrapolam a capacidade de resposta da gestão municipal.

O município do Rio, segue em estágio de mobilização desde 1h30 de quarta, quando deixou o estágio de alerta. Equipes da prefeitura continuam nas ruas da cidade para garantir o retorno à normalidade. Equipes da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) fazem a desobstrução de ruas alagadas e a limpeza de ralos para facilitar o escoamento da água. A Comlurb orientou a população para que só coloque o lixo na rua quando o caminhão de coleta passar. Isso é para evitar o acúmulo e o entupimento das redes fluviais.

Conforme o Sistema Alerta Rio, áreas de instabilidade em altos e médios níveis da atmosfera permanecerão influenciando o tempo na cidade do Rio, na quarta-feira. "A previsão é de pancadas de chuva, com intensidade moderada a forte, acompanhadas de raios e rajadas de ventos moderados até o período da tarde. A partir da noite, a previsão passa a ser de chuva fraca a moderada em pontos isolados", completou.

O estágio de mobilização é o segundo nível em uma escala de cinco e significa que há riscos de ocorrências de alto impacto na cidade. Dependendo da intensidade da chuva ou outros fato-

res, é possível ocorrer nova mudança de estágio.

A possibilidade de mais chuva não está descartada para os próximos dias. De quinta-feira a domingo (9 a 12), áreas de instabilidade, associadas ao calor e a alta disponibilidade de umidade "mantém a previsão de pancadas de chuva isoladas à tarde e à noite. Os modelos numéricos de previsão do tempo indicam estimativa média de chuva de 10 mm na quinta-feira; 15 mm na sexta-feira; 20 mm no sábado e 10 mm no domingo", informou.

A quarta-feira foi um dia de muita limpeza e de desobstrução de ralos para o escoamento da água no município de Niterói, fortemente atingido pela chuva no fim da tarde de ontem.

O prefeito Axel Graef, anunciou o adiamento do crédito às pessoas que recebem o auxílio Moeda Social Araribóia. De acordo com a prefeitura, o programa, que é gerenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária, já movimentou mais de R\$ 82 milhões na economia da cidade e beneficia cerca de 31 mil famílias em situação de vulnerabilidade social. O valor varia de R\$ 250 a R\$ 700 reais, de acordo com o número de integrantes nas famílias, sendo R\$ 90 reais para cada membro até 6 pessoas.

"Nós vamos antecipar o depósito. Você que tem a conta na Moeda Araribóia, vamos fazer o depósito ainda hoje (quarta), porque a gente

entende que as pessoas podem estar passando por dificuldade neste momento e dessa forma têm mais condição de poder resolver os problemas causados a curto prazo", completou.

O prefeito alertou que ainda há possibilidade de chuvas fortes para as próximas horas e dias e todo cuidado é pouco. "O melhor é buscar situações de mais segurança. Graef disse que também é importante que a população ajude as equipes, usando as redes sociais da prefeitura para informar os transtornos causados pela chuva.

"Sabemos do momento que estamos está vivendo. Sabemos das dificuldades que muita gente está passando e estamos aqui mobilizados, trabalhando muito para retomar a normalidade", afirmou.

Graef destacou que, em cinco dias, a cidade enfrentou três chuvas fortes. "Uma chuva como essa causa muitos transtornos e já é a terceira em cinco dias. Tivemos chuvas fortes na sexta-feira, no domingo e na terça-feira. Essa chegou a 87 mm em uma hora."

Segundo o prefeito, neste momento a prefeitura tem 2 mil pessoas trabalhando na cidade, afirmou.

O secretário municipal de Defesa Civil, tenente-coronel Wallace Medeiros, disse que em algumas localidades choveu o equivalente a 63% de todo o esperado para o mês, em apenas 1 só hora.

"Isso é muita chuva, e ela causa efetivamente vários

impactos em qualquer município em qualquer situação. Estamos com todo o efetivo da Defesa Civil desde ontem e hoje atendendo a todas as ocorrências, fazendo um trabalho preventivo, emergencial, e atendendo a todos os chamados. O nosso centro de meteorologia continua fazendo o monitoramento 24 horas para antecipar as situações de risco e podendo comunicar ao cidadão em tempo."

O secretário recomendou que a população fique em contato com a Defesa Civil, por meio dos canais de comunicação do órgão. "Seguiremos informando a todo momento, através do SMS, do nosso aplicativo Alerta DCNIT, das mídias sociais da prefeitura e da Defesa Civil também, porque o cidadão orientado e avisado, é um cidadão mais seguro", concluiu.

O secretário municipal de Educação, Bira Marques, disse que onde as sirenes foram acionadas as escolas foram colocadas como ponto de referência para as pessoas que tiveram que deixar as residências. Segundo o secretário, a companhia de limpeza do município está atuando nas unidades que foram atingidas pela chuva, junto com a equipe de manutenção da secretaria.

"Neste momento, 18 escolas estão sem aulas, mas com as equipes trabalhando muito para melhorar a qualidade do local. Três por motivo de alagamento e outra por vazamento no telhado, alguns profissionais não conseguiram chegar na escola. Estamos trabalhando muito e, em breve, retornaremos as aulas."

## EVENTO

## Uerj sediará encontro internacional sobre governança esportiva

"Inovações na governança de entidades esportivas" é o tema de seminário que ocorrerá nesta quinta-feira, 9, das 8h30 às 11h30, no campus Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). O principal palestrante será o professor Jean-Loup Chappolet, da Universidade de Lausanne, na Suíça, renomado especialista em governança de entidades olímpicas.

Também estão confirmados Georgios Korellis, do Comitê Olímpico do Chipre; Bianca Gama, professora do Departamento de Inovação da Uerj e idealizadora do eMuseu do Esporte; e Lamartine DaCosta, que já foi membro Conselho de Pesquisas do Comitê Olímpico Internacional (COI) e atualmente é professor colaborador do programa de pós-graduação em Ciências do Exercício e do Esporte.

Segundo os organizadores, o evento é inédito no Brasil e espera contar com a presença de mais de 15 países com seus respectivos Comitês Olímpicos e tem como objetivo criar uma agenda que envolva alunos e docentes da Universidade na temática da gestão de grandes projetos, principalmente, do ambiente olímpico.

A atividade é resultado do trabalho conjunto entre o Grupo de Pesquisas em Estudos Olímpicos da Uerj, reconhecido pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), o Olympic Studies Center (do Comitê Olímpico Internacional, o COI) e o eMuseu do Esporte.

As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas por meio do formulário on-line baixo, já que há limite de vagas. Aos participantes será emitido certificado, e o evento contará com tradução.

## Programação completa:

- 8h30 – Welcome Coffee
- 9h – Mario Carneiro, reitor da Uerj
- 9h05 – Leila Andrade, diretora da Rede Sirius
- 9h10 – Lamartine DaCosta, professor da Uerj
- 9h20 – Dr. Jean-Loup Chappolet, da Universidade de Lausanne (Suíça)
- 10h – Bianca Gama Pena, professora da Uerj
- 10h20 – WIPO – World Intellectual Property Organization – Suíça
- 10h50 – Georgios Korellis – Comitê Olímpico do Chipre

Serviço:  
Seminário Inovações na Governança de Entidades Esportivas  
Data: 9 de fevereiro de 2023  
Horário: das 8h30 às 11h30  
Local: Auditório da rede Sirius, 1º andar, bloco B, no campus Maracanã, Uerj (Rua São Francisco Xavier, 524 - Maracanã, Rio de Janeiro)

## SASPAP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME Nº 03.284.022/0001-19 - NIRE 3330026277-6

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
Ficam os senhores Acionistas da Saspar Participações S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a realizar-se no dia 15 de fevereiro de 2023, às 11 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Zoom, a fim de examinar, discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) o Protocolo e Justificação de Incorporação da Tabriz Brasil Empreendimentos Ltda. ("Tabriz") pela Companhia; (ii) a contratação da empresa especializada para elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Tabriz para fins da incorporação; (iii) a aprovação do referido laudo de avaliação; (iv) a incorporação da Tabriz pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação; e (v) autorização à administração da Companhia a praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação e formalização da incorporação. **Informações Gerais:** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que pretendem participar da AGE por meio da Plataforma Zoom deverão enviar e-mail para [alfredo@saspar.com.br](mailto:alfredo@saspar.com.br), com antecedência mínima de 30 minutos em relação ao horário marcado para o início da AGE, ou seja, até as 10:30 horas (horário de Brasília) do dia 15 de fevereiro de 2023, solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando toda a documentação necessária para a representação dos acionistas na AGE, incluindo a apresentação de cópia do respectivo estatuto social ou contrato social, conforme aplicável, e do ato ou instrumento de eleição do seus representantes legais, bem como respectiva procuração, se for o caso, nomeando o procurador que participará da AGE. Uma vez recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação apresentados, serão enviadas aos acionistas as orientações e instruções para cadastro no sistema eletrônico de participação da AGE, para que então possam comparecer, participar e votar à distância, mediante tal sistema eletrônico. A participação por meio de tal sistema digital conjugará áudio e imagem, sendo que os acionistas que desejarem participar desta forma deverão manter as suas câmeras ligadas durante o curso da AGE com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, bem como a segurança, a confiabilidade e a transparência do conclave, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da plataforma disponibilizada. Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2023. Conselho de Administração.

## INDÚSTRIAS DE BEBIDAS JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO S.A.

CNPJ/MF nº 31.901.382/0002-39 - NIRE nº 33.3.0010185-3

**Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 27 de Janeiro de 2023.** 1. **Data, Hora e Local:** Realizada aos 27 dias do mês de janeiro de 2023, às 10:00, na sede da **Indústrias de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho S.A.**, localizada à Rua Hugo Aquino nº 01, Térreo, Centro, São João da Barra - RJ, CEP 28200-000.2. **Convocação:** Reunião convocada nos termos do art. 6º, parágrafo 4º, e art. 7º, alínea "b", na forma do art. 11, alínea "a", dos Estatutos Sociais da Empresa, presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: Hugo Aquino Filho, Lia Miriam Aquino Cruz, Hugo Aquino Neto, Rossini Peralva Filho, Magda Maria de Aquino Manhães Pessanha, Frederico de Aquino, Orenico Dieguez Aquino Filho, Aldo Aquino, Ana Carolina Machado Aquino Silva, Maria Inez Machado Aquino, Nathália Machado de Moraes Aquino, Alfredo de Aquino Sarmento, Marcia Valéria Leão Kury Aquino e Marcos de Aquino Gazineu. 3. **Ordem do Dia:** Eleição de Conselheiro para ocupar a vaga do Sr. João José Bosco Quadros Barros, falecido no estado do Rio de Janeiro em 23 de janeiro de 2023. O comunicado à Empresa foi feito pelo filho, Sr. João Bosco Quadros Barros. 4. **Deliberações:** Após breve exposição sobre o item constante da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, integrando o quórum de 14 Conselheiros, por unanimidade de votos, elegeram em escrutínio secreto, **João Bosco Quadros Barros**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 029.145.347-36, portador do documento de identificação nº 22568, emitido pelo CORECON/RJ, residente e domiciliado à Rua Domingues de Sá, nº 403/701, Niterói - RJ, CEP 24220-090, para ocupar o cargo de Conselheiro Administrativo, pelo tempo restante ao cumprimento do mandato do Conselheiro substituído. 5. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente Ata, que achada conforme e unanimemente aprovada, foi por todos os presentes assinada. São João da Barra, 27 de janeiro de 2023. Hugo Aquino Filho - Presidente. Hugo Aquino Neto - Secretário. JUCERJA nº 00005305455 em 07/02/2023.

## PREFEITURA MUNICIPAL

DE DUQUE DE CAXIAS

CNPJ 29.138.328/0001-50

## CONCESSÃO DE LICENÇA

RECICLATIVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA - CNPJ: 11.502.034/0001-09, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias - SMMAPA a Licença de Operação de N 008/2023, emitida em 20 de janeiro de 2023. Esta licença é válida até 20 de janeiro de 2028. Autoriza a empresa para a atividade de reciclagem, fabricação e comercialização de artefatos de Polietileno e Poliestireno, localizada na Avenida Pitágoras, nº 345, Bairro Chácara Rio Petrópolis, 2º Distrito do Município Duque de Caxias-RJ, referente ao processo nº 019/000291/2022.

MEIO AMBIENTE

EME F Philó desenvolve projeto de 'eco praça' em parceria com a FAU-USP

"Olhem para trás. Poderíamos fazer um parque nesta área verde?" A pergunta que surgiu durante uma conversa com os gestores e professores da EMEF Professora Philó Gonçalves dos Santos...

O trabalho consiste em ampliar o espaço da unidade para uma área verde com mais de 14 mil/m² localizada atrás da escola e que não era utilizada. O programa foi desenvolvido de forma participativa com professores, estudantes e comunidade escolar da EMEF Philó...

O projeto traz como diretriz principal a acessibilidade universal e que permita espaços lúdicos, de criação, de lazer, sempre integrados em uma perspectiva didática. Estão previstos espaços como área esportiva com três quadras, parque, pista de skate, jardim de chuva...

solar, horta pedagógica, composteira, entre outros. Na área verde, eles já colocaram a pedra fundamental, enterraram cápsulas do tempo em um evento com as famílias e comunidade...

pluviômetro caseiro para verificar quantidade de chuva. Quem vai à EMEF Philó também pode conhecer as "Eco Trilhas", que são roteiros construídos com material reciclável utilizados tanto para os estudantes aprendem mais sobre ecossistema...

meio ambiente. A área que vinha sendo utilizada para descarte de lixo, lixo eletrônico e entulhos, agora é utilizada pelos estudantes e professores que passaram a visitar o terreno e usar o local para o estudo e pesquisa das diferentes áreas do conhecimento promovendo uma Educação Ambiental interdisciplinar.



BTGI QUARTZO PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua da Consolação, nº 2.285, conjunto 21, 2º andar, Bairro Cerqueira César, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Ativo
Caixa e equivalentes de caixa
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Outros ativos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais, exceto quando indicado)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Exercícios financeiros
Despesa tributária
Despesas administrativas
Outras receitas/(despesas) não operacionais

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício
Variação nos ativos e passivos operacionais
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Capital acumulado
Prejuízos
Patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Insumos adquiridos de terceiros
Serviços de terceiros
Valor adicionado líquido produzido pela entidade

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício
Resultado abrangente do exercício
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A BTGI Quartzo Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 02 de fevereiro de 2015 e tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, na país ou no exterior...

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

1. Contexto operacional: A BTGI Quartzo Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 02 de fevereiro de 2015 e tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, na país ou no exterior, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. A sede da Companhia está localizada na cidade e estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2.285 - 2º andar, conjunto 21, bairro Cerqueira César, CEP 01416-001. Em 05 de maio de 2022, os acionistas BTG Pactual Stigma LLC, e o Fundo de Investimento em Participações Turquesa ("FIP Turquesa"), com participações no capital social da Companhia equivalentes a 44% e 56%, respectivamente, assinaram o instrumento particular de compra e venda da totalidade de ações da BTGI Saffra Participações S.A. para a BTG Holding S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo BTG Pactual, atuando no mercado de forma integrada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e tem como acionista a BTG Pactual Holding S.A. com participação de 100% do capital social, que se compromete a viabilizar a continuidade da empresa enquanto a empresa estiver em fase pré-operacional através de aportes de capital sempre que se fizer necessário. COVID-19: A Administração está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao COVID-19 e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos e práticas gerais de resposta a pandemia. A pandemia de COVID-19 apresentou, e continua apresentando, um impacto material sobre as empresas em todo o mundo, no ambiente econômico e político em que as empresas estão inseridas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 17 de janeiro de 2023 e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e resultados da Companhia. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: a. Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Provisões Contábeis (CPC). Os ativos e passivos que não estão ao valor justo estão registrados a valores que se aproximam do valor justo devido ao curto prazo de vencimento. b. Julgamento e estimativas contábeis: A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça estimativas e premissas que podem afetar os saldos reportados dos ativos e passivos e a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, assim como os montantes reportados de receitas e despesas durante o exercício. As estimativas são baseadas na experiência histórica e vários outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis segundo as circunstâncias, os resultados que formam a base para os julgamentos sobre valores contábeis de ativos e passivos, os quais não são determinados através de outras fontes. Os resultados reais poderão diferir dessas estimativas. c. Sazonalidade das transações: Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às demonstrações contábeis. d. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, ou qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. e. Continuidade: A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse premissa. f. Valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia. 3. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalentes de caixa: Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original ou inferior a 90 dias. b) Instrumentos financeiros: Tendo em vista que o CPC 48 foi adotado pela Companhia, todos os ativos e passivos estão registrados conforme as respectivas práticas. Essa seção descreve as práticas contábeis decorrentes da adoção do CPC 48. (i) Data de reconhecimento: Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado. (ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais esses foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é gerencialmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido, além do seu fluxo de caixa contratual. (iii) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações do valor justo dos

derivativos são reconhecidas na demonstração do resultado em "Resultado líquido" com instrumentos financeiros. (iv) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: A Companhia designa ativos e passivos financeiros, incluindo, mas não limitado a, o valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes. (v) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida: Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixa em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizadas, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como "Ganho/perda" de valor justo por meio de outros resultados abrangentes. (vi) Ativos financeiros ao custo amortizado: Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo: Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixa em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje vender ou classificar esse ativo, não somente nos 12 meses subsequentes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro e não somente nos 12 meses subsequentes. (vii) Mensuração: Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimento e são mensuradas conforme a seguir: • Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo a diferença entre o fluxo de caixa devido a entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a companhia espera receber); • Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro; • Compromisso de empréstimo não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido a Companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber; e • Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a Companhia espera receber. Se um evento de crédito ocorrer, não obstante consideras as perdas esperadas durante a vida íntegra do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros. As principais evidências da deterioração de qualidade de crédito de uma contraparte são: • a baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício proforma; • o não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal; • a deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional; • o descumprimento de covenants; • a mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e • a liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador. Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essas mesmas são reclassificadas nos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como "perdas acumuladas por redução ao valor recuperável". Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado. A Companhia realiza a baixa do valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles. c) Ativos e passivos contingentes: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como o resultado de um evento passado e é provável que um desembolso de recursos que incorpora benefícios econômicos será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências passivas -

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais, exceto quando indicado)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Exercícios financeiros
Despesa tributária 11 (16.808) (19.354)
Despesas administrativas 12 (116.422) (142.312)
Outras receitas/(despesas) não operacionais 24.920 757
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Média ponderada por ações no período 15 909.658 703.103
Prejuízo por ação - Básico e diluído 15 (0,10) (0,22)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Resultado abrangente do exercício (89.166) (158.000)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Variação nos ativos e passivos operacionais (96.800) 15.084
Outros ativos (1.370) 520
Contas a pagar (25.186) (6.489)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (201.802) (148.885)
Atividades de financiamento
Aumento de capital 9 200.000 150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 200.000 150.000
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
Saldo de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 3.661 2.546
No fim do exercício 1.859 3.661
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
31/12/2022
Até 90 dias de 90 a 365 dias Total
Ativo
Caixa e equivalentes de caixa 3.661 - 3.661
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - 86.997 86.997
Total 3.661 86.997 90.658
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Resultado abrangente do exercício (89.166) (158.000)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Variação nos ativos e passivos operacionais (96.800) 15.084
Outros ativos (1.370) 520
Contas a pagar (25.186) (6.489)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (201.802) (148.885)
Atividades de financiamento
Aumento de capital 9 200.000 150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 200.000 150.000
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
Saldo de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 3.661 2.546
No fim do exercício 1.859 3.661
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
31/12/2022
Até 90 dias de 90 a 365 dias Total
Ativo
Caixa e equivalentes de caixa 3.661 - 3.661
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - 86.997 86.997
Total 3.661 86.997 90.658
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Resultado abrangente do exercício (89.166) (158.000)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Variação nos ativos e passivos operacionais (96.800) 15.084
Outros ativos (1.370) 520
Contas a pagar (25.186) (6.489)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (201.802) (148.885)
Atividades de financiamento
Aumento de capital 9 200.000 150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 200.000 150.000
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
Saldo de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 3.661 2.546
No fim do exercício 1.859 3.661
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
31/12/2022
Até 90 dias de 90 a 365 dias Total
Ativo
Caixa e equivalentes de caixa 3.661 - 3.661
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - 86.997 86.997
Total 3.661 86.997 90.658
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Resultado abrangente do exercício (89.166) (158.000)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Variação nos ativos e passivos operacionais (96.800) 15.084
Outros ativos (1.370) 520
Contas a pagar (25.186) (6.489)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (201.802) (148.885)
Atividades de financiamento
Aumento de capital 9 200.000 150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 200.000 150.000
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
Saldo de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 3.661 2.546
No fim do exercício 1.859 3.661
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
31/12/2022
Até 90 dias de 90 a 365 dias Total
Ativo
Caixa e equivalentes de caixa 3.661 - 3.661
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - 86.997 86.997
Total 3.661 86.997 90.658
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Resultado abrangente do exercício (89.166) (158.000)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Variação nos ativos e passivos operacionais (96.800) 15.084
Outros ativos (1.370) 520
Contas a pagar (25.186) (6.489)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (201.802) (148.885)
Atividades de financiamento
Aumento de capital 9 200.000 150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 200.000 150.000
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
Saldo de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 3.661 2.546
No fim do exercício 1.859 3.661
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
31/12/2022
Até 90 dias de 90 a 365 dias Total
Ativo
Caixa e equivalentes de caixa 3.661 - 3.661
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - 86.997 86.997
Total 3.661 86.997 90.658
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Resultado abrangente do exercício (89.166) (158.000)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Variação nos ativos e passivos operacionais (96.800) 15.084
Outros ativos (1.370) 520
Contas a pagar (25.186) (6.489)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (201.802) (148.885)
Atividades de financiamento
Aumento de capital 9 200.000 150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 200.000 150.000
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
Saldo de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 3.661 2.546
No fim do exercício 1.859 3.661
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
31/12/2022
Até 90 dias de 90 a 365 dias Total
Ativo
Caixa e equivalentes de caixa 3.661 - 3.661
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - 86.997 86.997
Total 3.661 86.997 90.658
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Resultado abrangente do exercício (89.166) (158.000)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Variação nos ativos e passivos operacionais (96.800) 15.084
Outros ativos (1.370) 520
Contas a pagar (25.186) (6.489)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (201.802) (148.885)
Atividades de financiamento
Aumento de capital 9 200.000 150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 200.000 150.000
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
Saldo de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 3.661 2.546
No fim do exercício 1.859 3.661
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
31/12/2022
Até 90 dias de 90 a 365 dias Total
Ativo
Caixa e equivalentes de caixa 3.661 - 3.661
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - 86.997 86.997
Total 3.661 86.997 90.658
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Resultado abrangente do exercício (89.166) (158.000)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Variação nos ativos e passivos operacionais (96.800) 15.084
Outros ativos (1.370) 520
Contas a pagar (25.186) (6.489)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (201.802) (148.885)
Atividades de financiamento
Aumento de capital 9 200.000 150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 200.000 150.000
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
Saldo de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 3.661 2.546
No fim do exercício 1.859 3.661
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
31/12/2022
Até 90 dias de 90 a 365 dias Total
Ativo
Caixa e equivalentes de caixa 3.661 - 3.661
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - 86.997 86.997
Total 3.661 86.997 90.658
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Resultado abrangente do exercício (89.166) (158.000)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Variação nos ativos e passivos operacionais (96.800) 15.084
Outros ativos (1.370) 520
Contas a pagar (25.186) (6.489)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (201.802) (148.885)
Atividades de financiamento
Aumento de capital 9 200.000 150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 200.000 150.000
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
Saldo de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 3.661 2.546
No fim do exercício 1.859 3.661
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
31/12/2022
Até 90 dias de 90 a 365 dias Total
Ativo
Caixa e equivalentes de caixa 3.661 - 3.661
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - 86.997 86.997
Total 3.661 86.997 90.658
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Resultado abrangente do exercício (89.166) (158.000)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Variação nos ativos e passivos operacionais (96.800) 15.084
Outros ativos (1.370) 520
Contas a pagar (25.186) (6.489)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (201.802) (148.885)
Atividades de financiamento
Aumento de capital 9 200.000 150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 200.000 150.000
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
Saldo de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 3.661 2.546
No fim do exercício 1.859 3.661
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
31/12/2022
Até 90 dias de 90 a 365 dias Total
Ativo
Caixa e equivalentes de caixa 3.661 - 3.661
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - 86.997 86.997
Total 3.661 86.997 90.658
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Resultado abrangente do exercício (89.166) (158.000)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Variação nos ativos e passivos operacionais (96.800) 15.084
Outros ativos (1.370) 520
Contas a pagar (25.186) (6.489)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (201.802) (148.885)
Atividades de financiamento
Aumento de capital 9 200.000 150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 200.000 150.000
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
Saldo de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 3.661 2.546
No fim do exercício 1.859 3.661
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
31/12/2022
Até 90 dias de 90 a 365 dias Total
Ativo
Caixa e equivalentes de caixa 3.661 - 3.661
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - 86.997 86.997
Total 3.661 86.997 90.658
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Resultado abrangente do exercício (89.166) (158.000)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Variação nos ativos e passivos operacionais (96.800) 15.084
Outros ativos (1.370) 520
Contas a pagar (25.186) (6.489)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (201.802) (148.885)
Atividades de financiamento
Aumento de capital 9 200.000 150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 200.000 150.000
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
Saldo de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 3.661 2.546
No fim do exercício 1.859 3.661
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
31/12/2022
Até 90 dias de 90 a 365 dias Total
Ativo
Caixa e equivalentes de caixa 3.661 - 3.661
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - 86.997 86.997
Total 3.661 86.997 90.658
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Resultado abrangente do exercício (89.166) (158.000)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Variação nos ativos e passivos operacionais (96.800) 15.084
Outros ativos (1.370) 520
Contas a pagar (25.186) (6.489)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (201.802) (148.885)
Atividades de financiamento
Aumento de capital 9 200.000 150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 200.000 150.000
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
Saldo de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 3.661 2.546
No fim do exercício 1.859 3.661
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
31/12/2022
Até 90 dias de 90 a 365 dias Total
Ativo
Caixa e equivalentes de caixa 3.661 - 3.661
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - 86.997 86.997
Total 3.661 86.997 90.658
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Resultado abrangente do exercício (89.166) (158.000)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31 de dezembro (Em reais)
Nota 31/12/2022 31/12/2021
Prejuízo do exercício (89.166) (158.000)
Variação nos ativos e passivos operacionais (96.800) 15.084
Outros ativos (1.370) 520
Contas a pagar (25.186) (6.489)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (201.802) (148.885)
Atividades de financiamento
Aumento de capital 9 200.000 150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 200.000 150.000
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1.802) 1.115
Saldo de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 3.661 2.546
No fim do exercício 1.859 3.661
A

ÁREAS SENSÍVEIS

# Governo do Estado de SP e Agência Japonesa pretendem renovar cooperação

O governador Tarcísio de Freitas recebeu comitiva liderada pelo embaixador japonês Hayashi Teiji. Junto ao secretário de Negócios Internacionais Lucas Ferraz, Tarcísio apresentou as áreas que deverão ser tratadas com prioridade nas futuras parcerias.

No próximo mês, o governo paulista e a Agência de Cooperação Internacional do Japão

(JICA) devem assinar a renovação do protocolo para cooperações mútuas, técnicas e financeiras pelos próximos cinco anos – a primeira parceria foi selada há 23 anos.

O Estado de São Paulo e o Japão possuem uma tradição de trabalho em conjunto com a JICA. Desde 2004, o projeto “Polícia Comunitária”, que aproxima a polícia e a sociedade civil com

ações preventivas de combate à criminalidade, é considerado um modelo para o país, com experiência compartilhada com outros estados brasileiros.

A Agência também atuou no rebaixamento da calha do rio Tietê para prevenir transbordamentos, com financiamento de US\$ 494 milhões, e em ações da Sabsesp na Represa Billings e na Bai-

xada Santista, com empréstimos de US\$ 75 milhões e US\$ 500 milhões, respectivamente, entre outras iniciativas.

E o que podemos esperar para o futuro? Tarcísio de Freitas reconhece a importância da presença japonesa no estado de São Paulo e das parcerias em diversas frentes.

Da produção de ovos utilizados na fabricação de vaci-

nas, na cidade de Bastos/SP, município com uma das colônias japonesas mais numerosas do estado, passando por eventos culturais como o Festival do Japão, que atrai mais de 200 mil visitantes, até a presença de empresas que controlam todas as suas operações na América Latina a partir de São Paulo, o Japão desempenha um relevante papel socioeconômico

no estado, e há espaço para crescer.

“Os japoneses já são grandes parceiros, e esperamos expandir a cooperação para áreas como mobilidade urbana e transição energética. É impressionante a quantidade de projetos bem-sucedidos que já temos com a JICA, e queremos vê-los também nessas outras áreas”, afirmou Tarcísio.



BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro (Em reais)			
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.275	5.631
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6	136.072	86.997
Outros ativos	7	35.959	1.159
<b>Total do ativo</b>		<b>173.306</b>	<b>93.787</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro (Em reais, exceto quando indicado)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	10	18.770	2.837
Despesa tributária	11	(24.784)	(19.350)
Outras receitas operacionais	11	22.823	-
Despesas administrativas	12	(114.377)	(134.232)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(36)	1.278	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(97.604)</b>	<b>(149.467)</b>
Média ponderada por ações no período	15	932.555	703.103
Prejuízo por ação - Básico e diluído	15	(0,10)	(0,21)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro (Em reais)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(97.604)	(149.467)	-
Varição nos ativos e passivos operacionais	(49.075)	6.918	-
Outros ativos	(34.800)	862	-
Contas a pagar	(22.877)	(5.884)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(204.356)	(147.571)	-
Atividades de financiamento	-	-	-
Aumento de capital	9	200.000	150.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	200.000	150.000
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(4.356)</b>	<b>2.429</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	1.275	5.631
No início do exercício	-	5.631	3.202
No fim do exercício	-	1.275	5.631

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro (Em reais)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos sociais acumulados			
Em 31 de dezembro de 2020	650.500	(602.956)	47.544
Aumento de capital	9	150.000	-
Prejuízo do exercício	-	(149.467)	(149.467)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>800.500</b>	<b>(752.423)</b>	<b>48.077</b>
Aumento de capital	9	200.000	-
Prejuízo do exercício	-	(97.604)	(97.604)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.000.500</b>	<b>(850.027)</b>	<b>150.473</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro (Em reais)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(97.604)	(149.467)	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>(97.604)</b>	<b>(149.467)</b>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro (Em reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	
Insumos adquiridos de terceiros - Serviços de terceiros	(114.377)	(134.232)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(114.377)	(134.232)	
Valor adicionado recebido em transferência - Receitas financeiras	18.770	2.837	
Outras receitas operacionais	22.823	1.278	
Outras receitas/(despesas) operacionais	(36)	-	
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(72.820)</b>	<b>(130.117)</b>	
Distribuição do valor adicionado	-	-	
Impostos taxa e contribuições	24.784	19.350	
Prejuízo do período	(97.604)	(149.467)	
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>(72.820)</b>	<b>(130.117)</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Em 31 de Dezembro de 2022 (Em reais)**

**1. Contexto operacional:** A BTGI Safira Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 02 de fevereiro de 2015 e tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. A sede da Companhia está localizada na cidade e estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2.285 - 2º andar, conjunto 21, bairro Cerqueira César, CEP 01416-001. Em 05 de maio de 2022, os acionistas BTG Pactual Stigma LLC. e o Fundo de Investimento em Participações Turquesa ("FIP Turquesa"), respectivamente, assinaram o instrumento particular de compra e venda da totalidade de ações da BTGI Safira Participações S.A. para a BTG Holding S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo BTG Pactual, atuando no mercado de forma integrada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e tem como acionista a BTG Pactual Holding S.A. com participação de 100% do capital social, que se compromete a viabilizar a continuidade da Companhia enquanto estiver em fase pré-operacional através de aportes de capital sempre que se fizer necessário.

**COVID-19:** A Administração está monitorando os desenvolvimentos relacionados à COVID-19 coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos e práticas gerais de resposta a pandemia. A pandemia de COVID-19 apresentou, e continua apresentando, um impacto material sobre as empresas em todo o mundo, no ambiente econômico e político em que as empresas estão inseridas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 17 de janeiro de 2023 e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e resultados da Companhia. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** a. **Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os ativos e passivos estão mensurados, principalmente, pelo valor justo, e os ativos e passivos que não estão ao valor justo estão registrados a valores que se aproximam do valor justo devido ao curto prazo de vencimento. b. **Julgamento e estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça estimativas e premissas que podem afetar os saldos reportados dos ativos e passivos e a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, assim como os montantes reportados de receitas e despesas durante o período. As estimativas são baseadas na experiência histórica e vários outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis segundo as circunstâncias, os resultados que foram a base para os julgamentos sobre valores contábeis de ativos e passivos, os quais não são determinados através de outras fontes. Os resultados reais poderão diferir dessas estimativas. c. **Sazonalidade das transações:** Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às demonstrações contábeis. d. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. e. **Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. f. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativo como garantia. **3. Principais práticas contábeis:** a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias. b) **Instrumentos financeiros:** Tendo em vista que o CPC 48 foi adotado pela Companhia, todos os ativos e passivos estão registrados conforme as respectivas práticas. Essa seção descreve as práticas contábeis decorrentes da adoção do CPC 48: (i) **Data de reconhecimento:** Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado. (ii) **Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros:** A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais esses foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é derivado, além do seu fluxo de caixa contábil. (iii) **Instrumentos financeiros gerenciais:**

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações do valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração do resultado em "Resultado líquido com instrumentos financeiros". (iv) **Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** A Companhia designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes. (v) **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida: instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recebimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são esperados apenas por pagamento de juros. Os ganhos ou fluxos de caixa não realizados são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizados, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como "Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes". (vi) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo: • Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixa em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender/classificar essa categoria, pois é esperado que ela mantenha esse ativo principal e juro, para manter o fluxo de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer. (vii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Conforme o CPC 48, o reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num exercício de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisões, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializado ainda. Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes. (viii) **Mensuração:** Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimentos e são mensuradas conforme a seguir: • Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desdobramentos de caixa (por exemplo, a diferença entre o fluxo de caixa devido a entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a companhia espera receber); • Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro; • Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido a Companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber; e • Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a Companhia espera recuperar. Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros. As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são: a) baixa expectativa de valor justo de instrumentos financeiros quando não existe outro instrumento financeiro com o mesmo risco de crédito; b) aumento do risco de crédito; c) aumento do risco de crédito; d) aumento do risco de crédito; e) aumento do risco de crédito. f) aumento do risco de crédito; g) aumento do risco de crédito; h) aumento do risco de crédito; i) aumento do risco de crédito; j) aumento do risco de crédito; k) aumento do risco de crédito; l) aumento do risco de crédito; m) aumento do risco de crédito; n) aumento do risco de crédito; o) aumento do risco de crédito; p) aumento do risco de crédito; q) aumento do risco de crédito; r) aumento do risco de crédito; s) aumento do risco de crédito; t) aumento do risco de crédito; u) aumento do risco de crédito; v) aumento do risco de crédito; w) aumento do risco de crédito; x) aumento do risco de crédito; y) aumento do risco de crédito; z) aumento do risco de crédito; aa) aumento do risco de crédito; ab) aumento do risco de crédito; ac) aumento do risco de crédito; ad) aumento do risco de crédito; ae) aumento do risco de crédito; af) aumento do risco de crédito; ag) aumento do risco de crédito; ah) aumento do risco de crédito; ai) aumento do risco de crédito; aj) aumento do risco de crédito; ak) aumento do risco de crédito; al) aumento do risco de crédito; am) aumento do risco de crédito; an) aumento do risco de crédito; ao) aumento do risco de crédito; ap) aumento do risco de crédito; aq) aumento do risco de crédito; ar) aumento do risco de crédito; as) aumento do risco de crédito; at) aumento do risco de crédito; au) aumento do risco de crédito; av) aumento do risco de crédito; aw) aumento do risco de crédito; ax) aumento do risco de crédito; ay) aumento do risco de crédito; az) aumento do risco de crédito; ba) aumento do risco de crédito; bb) aumento do risco de crédito; bc) aumento do risco de crédito; bd) aumento do risco de crédito; be) aumento do risco de crédito; bf) aumento do risco de crédito; bg) aumento do risco de crédito; bh) aumento do risco de crédito; bi) aumento do risco de crédito; bj) aumento do risco de crédito; bk) aumento do risco de crédito; bl) aumento do risco de crédito; bm) aumento do risco de crédito; bn) aumento do risco de crédito; bo) aumento do risco de crédito; bp) aumento do risco de crédito; bq) aumento do risco de crédito; br) aumento do risco de crédito; bs) aumento do risco de crédito; bt) aumento do risco de crédito; bu) aumento do risco de crédito; bv) aumento do risco de crédito; bw) aumento do risco de crédito; bx) aumento do risco de crédito; by) aumento do risco de crédito; bz) aumento do risco de crédito; ca) aumento do risco de crédito; cb) aumento do risco de crédito; cc) aumento do risco de crédito; cd) aumento do risco de crédito; ce) aumento do risco de crédito; cf) aumento do risco de crédito; cg) aumento do risco de crédito; ch) aumento do risco de crédito; ci) aumento do risco de crédito; cj) aumento do risco de crédito; ck) aumento do risco de crédito; cl) aumento do risco de crédito; cm) aumento do risco de crédito; cn) aumento do risco de crédito; co) aumento do risco de crédito; cp) aumento do risco de crédito; cq) aumento do risco de crédito; cr) aumento do risco de crédito; cs) aumento do risco de crédito; ct) aumento do risco de crédito; cu) aumento do risco de crédito; cv) aumento do risco de crédito; cw) aumento do risco de crédito; cx) aumento do risco de crédito; cy) aumento do risco de crédito; cz) aumento do risco de crédito; da) aumento do risco de crédito; db) aumento do risco de crédito; dc) aumento do risco de crédito; dd) aumento do risco de crédito; de) aumento do risco de crédito; df) aumento do risco de crédito; dg) aumento do risco de crédito; dh) aumento do risco de crédito; di) aumento do risco de crédito; dj) aumento do risco de crédito; dk) aumento do risco de crédito; dl) aumento do risco de crédito; dm) aumento do risco de crédito; dn) aumento do risco de crédito; do) aumento do risco de crédito; dp) aumento do risco de crédito; dq) aumento do risco de crédito; dr) aumento do risco de crédito; ds) aumento do risco de crédito; dt) aumento do risco de crédito; du) aumento do risco de crédito; dv) aumento do risco de crédito; dw) aumento do risco de crédito; dx) aumento do risco de crédito; dy) aumento do risco de crédito; dz) aumento do risco de crédito; ea) aumento do risco de crédito; eb) aumento do risco de crédito; ec) aumento do risco de crédito; ed) aumento do risco de crédito; ee) aumento do risco de crédito; ef) aumento do risco de crédito; eg) aumento do risco de crédito; eh) aumento do risco de crédito; ei) aumento do risco de crédito; ej) aumento do risco de crédito; ek) aumento do risco de crédito; el) aumento do risco de crédito; em) aumento do risco de crédito; en) aumento do risco de crédito; eo) aumento do risco de crédito; ep) aumento do risco de crédito; eq) aumento do risco de crédito; er) aumento do risco de crédito; es) aumento do risco de crédito; et) aumento do risco de crédito; eu) aumento do risco de crédito; ev) aumento do risco de crédito; ew) aumento do risco de crédito; ex) aumento do risco de crédito; ey) aumento do risco de crédito; ez) aumento do risco de crédito; fa) aumento do risco de crédito; fb) aumento do risco de crédito; fc) aumento do risco de crédito; fd) aumento do risco de crédito; fe) aumento do risco de crédito; ff) aumento do risco de crédito; fg) aumento do risco de crédito; fh) aumento do risco de crédito; fi) aumento do risco de crédito; fj) aumento do risco de crédito; fk) aumento do risco de crédito; fl) aumento do risco de crédito; fm) aumento do risco de crédito; fn) aumento do risco de crédito; fo) aumento do risco de crédito; fp) aumento do risco de crédito; fq) aumento do risco de crédito; fr) aumento do risco de crédito; fs) aumento do risco de crédito; ft) aumento do risco de crédito; fu) aumento do risco de crédito; fv) aumento do risco de crédito; fw) aumento do risco de crédito; fx) aumento do risco de crédito; fy) aumento do risco de crédito; fz) aumento do risco de crédito; ga) aumento do risco de crédito; gb) aumento do risco de crédito; gc) aumento do risco de crédito; gd) aumento do risco de crédito; ge) aumento do risco de crédito; gf) aumento do risco de crédito; gg) aumento do risco de crédito; gh) aumento do risco de crédito; gi) aumento do risco de crédito; gj) aumento do risco de crédito; gk) aumento do risco de crédito; gl) aumento do risco de crédito; gm) aumento do risco de crédito; gn) aumento do risco de crédito; go) aumento do risco de crédito; gp) aumento do risco de crédito; gq) aumento do risco de crédito; gr) aumento do risco de crédito; gs) aumento do risco de crédito; gt) aumento do risco de crédito; gu) aumento do risco de crédito; gv) aumento do risco de crédito; gw) aumento do risco de crédito; gx) aumento do risco de crédito; gy) aumento do risco de crédito; gz) aumento do risco de crédito; ha) aumento do risco de crédito; hb) aumento do risco de crédito; hc) aumento do risco de crédito; hd) aumento do risco de crédito; he) aumento do risco de crédito; hf) aumento do risco de crédito; hg) aumento do risco de crédito; hh) aumento do risco de crédito; hi) aumento do risco de crédito; hj) aumento do risco de crédito; hk) aumento do risco de crédito; hl) aumento do risco de crédito; hm) aumento do risco de crédito; hn) aumento do risco de crédito; ho) aumento do risco de crédito; hp) aumento do risco de crédito; hq) aumento do risco de crédito; hr) aumento do risco de crédito; hs) aumento do risco de crédito; ht) aumento do risco de crédito; hu) aumento do risco de crédito; hv) aumento do risco de crédito; hw) aumento do risco de crédito; hx) aumento do risco de crédito; hy) aumento do risco de crédito; hz) aumento do risco de crédito; ia) aumento do risco de crédito; ib) aumento do risco de crédito; ic) aumento do risco de crédito; id) aumento do risco de crédito; ie) aumento do risco de crédito; if) aumento do risco de crédito; ig) aumento do risco de crédito; ih) aumento do risco de crédito; ii) aumento do risco de crédito; ij) aumento do risco de crédito; ik) aumento do risco de crédito; il) aumento do risco de crédito; im) aumento do risco de crédito; in) aumento do risco de crédito; io) aumento do risco de crédito; ip) aumento do risco de crédito; iq) aumento do risco de crédito; ir) aumento do risco de crédito; is) aumento do risco de crédito; it) aumento do risco de crédito; iu) aumento do risco de crédito; iv) aumento do risco de crédito; iw) aumento do risco de crédito; ix) aumento do risco de crédito; iy) aumento do risco de crédito; iz) aumento do risco de crédito; ja) aumento do risco de crédito; jb) aumento do risco de crédito; jc) aumento do risco de crédito; jd) aumento do risco de crédito; je) aumento do risco de crédito; jf) aumento do risco de crédito; jg) aumento do risco de crédito; jh) aumento do risco de crédito; ji) aumento do risco de crédito; jj) aumento do risco de crédito; jk) aumento do risco de crédito; jl) aumento do risco de crédito; jm) aumento do risco de crédito; jn) aumento do risco de crédito; jo) aumento do risco de crédito; jp) aumento do risco de crédito; jq) aumento do risco de crédito; jr) aumento do risco de crédito; js) aumento do risco de crédito; jt) aumento do risco de crédito; ju) aumento do risco de crédito; jv) aumento do risco de crédito; jw) aumento do risco de crédito; jx) aumento do risco de crédito; jy) aumento do risco de crédito; jz) aumento do risco de crédito; ka) aumento do risco de crédito; kb) aumento do risco de crédito; kc) aumento do risco de crédito; kd) aumento do risco de crédito; ke) aumento do risco de crédito; kf) aumento do risco de crédito; kg) aumento do risco de crédito; kh) aumento do risco de crédito; ki) aumento do risco de crédito; kj) aumento do risco de crédito; kl) aumento do risco de crédito; km) aumento do risco de crédito; kn) aumento do risco de crédito; ko) aumento do risco de crédito; kp) aumento do risco de crédito; kq) aumento do risco de crédito; kr) aumento do risco de crédito; ks) aumento do risco de crédito; kt) aumento do risco de crédito; ku) aumento do risco de crédito; kv) aumento do risco de crédito; kw) aumento do risco de crédito; kx) aumento do risco de crédito; ky) aumento do risco de crédito; kz) aumento do risco de crédito; la) aumento do risco de crédito; lb) aumento do risco de crédito; lc) aumento do risco de crédito; ld) aumento do risco de crédito; le) aumento do risco de crédito; lf) aumento do risco de crédito; lg) aumento do risco de crédito; lh) aumento do risco de crédito; li) aumento do risco de crédito; lj) aumento do risco de crédito; lk) aumento do risco de crédito; ll) aumento do risco de crédito; lm) aumento do risco de crédito; ln) aumento do risco de crédito; lo) aumento do risco de crédito; lp) aumento do risco de crédito; lq) aumento do risco de crédito; lr) aumento do risco de crédito; ls) aumento do risco de crédito; lt) aumento do risco de crédito; lu) aumento do risco de crédito; lv) aumento do risco de crédito; lw) aumento do risco de crédito; lx) aumento do risco de crédito; ly) aumento do risco de crédito; lz) aumento do risco de crédito; ma) aumento do risco de crédito; mb) aumento do risco de crédito; mc) aumento do risco de crédito; md) aumento do risco de crédito; me) aumento do risco de crédito; mf) aumento do risco de crédito; mg) aumento do risco de crédito; mh) aumento do risco de crédito; mi) aumento do risco de crédito; mj) aumento do risco de crédito; mk) aumento do risco de crédito; ml) aumento do risco de crédito; mm) aumento do risco de crédito; mn) aumento do risco de crédito; mo) aumento do risco de crédito; mp) aumento do risco de crédito; mq) aumento do risco de crédito; mr) aumento do risco de crédito; ms) aumento do risco de crédito; mt) aumento do risco de crédito; mu) aumento do risco de crédito; mv) aumento do risco de crédito; mw) aumento do risco de crédito; mx) aumento do risco de crédito; my) aumento do risco de crédito; mz) aumento do risco de crédito; na) aumento do risco de crédito; nb) aumento do risco de crédito; nc) aumento do risco de crédito; nd) aumento do risco de crédito; ne) aumento do risco de crédito; nf) aumento do risco de crédito; ng) aumento do risco de crédito; nh) aumento do risco de crédito; ni) aumento do risco de crédito; nj) aumento do risco de crédito; nk) aumento do risco de crédito; nl) aumento do risco de crédito; nm) aumento do risco de crédito; nn) aumento do risco de crédito; no) aumento do risco de crédito; np) aumento do risco de crédito; nq) aumento do risco de crédito; nr) aumento do risco de crédito; ns) aumento do risco de crédito; nt) aumento do risco de crédito; nu) aumento do risco de crédito; nv) aumento do risco de crédito; nw) aumento do risco de crédito; nx) aumento do risco de crédito; ny) aumento do risco de crédito; nz) aumento do risco de crédito; oa) aumento do risco de crédito; ob) aumento do risco de crédito; oc) aumento do risco de crédito; od) aumento do risco de crédito; oe) aumento do risco de crédito; of) aumento do risco de crédito; og) aumento do risco de crédito; oh) aumento do risco de crédito; oi) aumento do risco de crédito; oj) aumento do risco de crédito; ok) aumento do risco de crédito; ol) aumento do risco de crédito; om) aumento do risco de crédito; on) aumento do risco de crédito; oo) aumento do risco de crédito; op) aumento do risco de crédito; oq) aumento do risco de crédito; or) aumento do risco de crédito; os) aumento do risco de crédito; ot) aumento do risco de crédito; ou) aumento do risco de crédito; ov) aumento do risco de crédito; ow) aumento do risco de crédito; ox) aumento do risco de crédito; oy) aumento do risco de crédito; oz) aumento do risco de crédito; pa) aumento do risco de crédito; pb) aumento do risco de crédito; pc) aumento do risco de crédito; pd) aumento do risco de crédito; pe) aumento do risco de crédito; pf) aumento do risco de crédito; pg) aumento do risco de crédito; ph) aumento do risco de crédito; pi) aumento do risco de crédito; pj) aumento do risco de crédito; pk) aumento do risco de crédito; pl) aumento do risco de crédito; pm) aumento do risco de crédito; pn) aumento do risco de crédito; po) aumento do risco de crédito; pp) aumento do risco de crédito; pq) aumento do risco de crédito; pr) aumento do risco de crédito; ps) aumento do risco de crédito; pt) aumento do risco de crédito; pu) aumento do risco de crédito; pv) aumento do risco de crédito; pw) aumento do risco de crédito; px) aumento do risco de crédito; py) aumento do risco de crédito; pz) aumento do risco de crédito; qa) aumento do risco de crédito; qb) aumento do risco de crédito; qc) aumento do risco de crédito; qd) aumento do risco de crédito; qe) aumento do risco de crédito; qf) aumento do risco de crédito; qg) aumento do risco de crédito; qh) aumento do risco de crédito; qi) aumento do risco de crédito; qj) aumento do risco de crédito; qk) aumento do risco de crédito; ql) aumento do risco de crédito; qm) aumento do risco de crédito; qn) aumento do risco de crédito; qo) aumento do risco de crédito; qp) aumento do risco de crédito; qq) aumento do risco de crédito; qr) aumento do risco de crédito; qs) aumento do risco de crédito; qt) aumento do risco de crédito; qu) aumento do risco de crédito; qv) aumento do risco de crédito; qw) aumento do risco de crédito; qx) aumento do risco de crédito; qy) aumento do risco de crédito; qz) aumento do risco de crédito; ra) aumento do risco de crédito; rb) aumento do risco de crédito; rc) aumento do risco de crédito; rd) aumento do risco de crédito; re) aumento do risco de crédito; rf) aumento do risco de crédito; rg) aumento do risco de crédito; rh) aumento do risco de crédito; ri) aumento do risco de crédito; rj) aumento do risco de crédito; rk) aumento do risco de crédito; rl) aumento do risco de crédito; rm) aumento do risco de crédito; rn) aumento do risco de crédito; ro) aumento do risco de crédito; rp) aumento do risco de crédito; rq) aumento do risco de crédito; rr) aumento do risco de crédito; rs) aumento do risco de crédito; rt) aumento do risco de crédito; ru) aumento do risco de crédito; rv) aumento do risco de crédito; rw) aumento do risco de crédito; rx) aumento do risco de crédito; ry) aumento do risco de crédito; rz) aumento do risco de crédito; sa) aumento do risco de crédito; sb) aumento do risco de crédito; sc) aumento do risco de crédito; sd) aumento do risco de crédito; se) aumento do risco de crédito; sf) aumento do risco de crédito; sg) aumento do risco de crédito; sh) aumento do risco de crédito; si) aumento do risco de crédito; sj) aumento do risco de crédito; sk) aumento do risco de crédito; sl) aumento do risco de crédito; sm) aumento do risco de crédito; sn) aumento do risco de crédito; so) aumento do risco de crédito; sp) aumento do risco de crédito; sq) aumento do risco de crédito; sr) aumento do risco de crédito; ss) aumento do risco de crédito; st) aumento do risco de crédito; su) aumento do risco de crédito; sv) aumento do risco de crédito; sw) aumento do risco de crédito; sx) aumento do risco de crédito; sy) aumento do risco de crédito; sz) aumento do risco de crédito; ta) aumento do risco de crédito; tb) aumento do risco de crédito; tc) aumento do risco de crédito; td) aumento do risco de crédito; te) aumento do risco de crédito; tf) aumento do risco de crédito; tg) aumento do risco de crédito; th) aumento do risco de crédito; ti) aumento do risco de crédito; tj) aumento do risco de crédito; tk) aumento do risco de crédito; tl) aumento do risco de crédito; tm) aumento do risco de crédito; tn) aumento do risco de crédito; to) aumento do risco de crédito; tp) aumento do risco de crédito; tq) aumento do risco de crédito; tr) aumento do risco de crédito; ts) aumento do risco de crédito; tt) aumento do risco de crédito; tu) aumento do risco de crédito; tv) aumento do risco de crédito; tw) aumento do risco de crédito; tx) aumento do risco de crédito; ty) aumento do risco de crédito; tz) aumento do risco de crédito; ua) aumento do risco de crédito; ub) aumento do risco de crédito; uc) aumento do risco de crédito; ud) aumento do risco de crédito; ue) aumento do risco de crédito; uf) aumento do risco de crédito; ug) aumento do risco de crédito; uh) aumento do risco de crédito; ui) aumento do risco de crédito; uj) aumento do risco de crédito; uk) aumento do risco de crédito; ul) aumento do risco de crédito; um) aumento do risco de crédito; un) aumento do risco de crédito; uo) aumento do risco de crédito; up) aumento do risco de crédito; uq) aumento do risco de crédito; ur) aumento do risco de crédito; us) aumento do risco de crédito; ut) aumento do risco de crédito; uu) aumento do risco de crédito; uv) aumento do risco de crédito; uw) aumento do risco de crédito; ux) aumento do risco de crédito; uy) aumento do risco de crédito; uz) aumento do risco de crédito; va) aumento do risco de crédito; vb) aumento do risco de crédito; vc) aumento do risco de crédito; vd) aumento do risco de crédito; ve) aumento do risco de crédito; vf) aumento do risco de crédito; vg) aumento do risco de crédito; vh) aumento do risco de crédito; vi) aumento do risco de crédito; vj) aumento do risco de crédito; vk) aumento do risco de crédito; vl) aumento do risco de crédito; vm) aumento do risco de crédito; vn) aumento do risco de crédito; vo) aumento do risco de crédito; vp) aumento do risco de crédito; vq) aumento do risco de crédito; vr) aumento do risco de crédito; vs) aumento do risco de crédito; vt) aumento do risco de crédito; vu) aumento do risco de crédito; vv) aumento do risco de crédito; vw) aumento do risco de crédito; vx) aumento do risco de crédito; vy) aumento do risco de crédito; vz) aumento do risco de crédito; wa) aumento do risco de crédito; wb) aumento do risco de crédito; wc) aumento do risco de crédito; wd) aumento do risco de crédito; we) aumento do risco de crédito; wf) aumento do risco de crédito; wg) aumento do risco de crédito; wh) aumento do risco de crédito; wi) aumento do risco de crédito; wj) aumento do risco de crédito; wk) aumento do risco de crédito; wl) aumento do risco de crédito; wm) aumento do risco de crédito; wn) aumento do risco de crédito; wo) aumento do risco de crédito; wp) aumento do risco de crédito; wq) aumento do risco de crédito; wr) aumento do risco de crédito; ws) aumento do risco de crédito; wt) aumento do risco de crédito; wu) aumento do risco de crédito; wv) aumento do risco de crédito; ww) aumento do risco de crédito; wx) aumento do risco de crédito; wy) aumento do risco de crédito; wz) aumento do risco de crédito; xa) aumento do risco de crédito; xb) aumento do risco de crédito; xc) aumento do risco de crédito; xd) aumento do risco de crédito; xe) aumento do risco de crédito; xf) aumento do risco de crédito; xg) aumento do risco de crédito; xh) aumento do risco de crédito; xi) aumento do risco de crédito; xj) aumento do risco de crédito; xk) aumento do risco de crédito; xl) aumento do risco de crédito; xm) aumento do risco de crédito; xn) aumento do risco de crédito; xo) aumento do risco de crédito; xp) aumento do risco de crédito; xq) aumento do risco de crédito; xr) aumento do risco de crédito; xs) aumento do risco de crédito; xt) aumento do risco de crédito; xu) aumento do risco de crédito; xv) aumento do risco de crédito; xw) aumento do risco de crédito; xx) aumento do risco de crédito; xy) aumento do risco de crédito; xz) aumento do risco de crédito; ya) aumento do risco de crédito;

# Vai Tec traz a moda de palestras vai tirar dúvidas sobre Programa de Aceleração

A Prefeitura de São Paulo realizará uma rodada de quatro palestras para tirar dúvidas dos interessados em se inscrever para a oitava edição do Programa de Aceleração Vai Tec. Três encontros serão mediados pela Agência São Paulo de Desenvolvimento (Ade Sampa) virtual e presencialmente, em unidades dos Teias, espaços de trabalho gratuitos. O Vai Tec 8 está com inscrições abertas até 28 de fevereiro, às 18h, pelo site [www.adesampa.com.br/vaitec8](http://www.adesampa.com.br/vaitec8).

A primeira palestra será realizada nesta quinta-feira (9) no Teia Itaquera, das 13h30 às 15h; a segunda acontece na segunda-feira (13) no Teia Cidade Tiradentes, das 13h às 16h; já a terceira rodada será on-line, na terça-feira (14), das 19h às 20h, pela plataforma Google Meet; e a última acontece na quinta-feira (15), das 15h às 17h, no Teia Heliópolis. Os interessados em participar das atividades presenciais

devem se inscrever pelo link [app.adesampa.com.br](http://app.adesampa.com.br), já a atividade on-line, a inscrição deve ser realizada pelo formulário: [www.bit.ly/Inscricoes-tiraduvidas-VAITEC8](http://www.bit.ly/Inscricoes-tiraduvidas-VAITEC8).

Para esta edição, serão selecionadas até 24 projetos periféricos que utilizam tecnologia como parte essencial do modelo de negócio. O programa oferece de forma gratuita - oficinas, mentorias, assessorias, além de aporte financeiro de R\$ 42.500 para cada um dos projetos selecionados e promove conexões entre os negócios com o ecossistema empreendedor da cidade.

O Vai Tec auxilia jovens a desenvolver, validar e impulsionar empreendimentos inovadores e que utilizem tecnologia como parte essencial do modelo de negócio, com potencial de desenvolvimento local e a geração de emprego e renda na periferia da Cidade de São Paulo. O programa é uma iniciativa da Prefeitura, por meio da

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, com intermédio da Agência São Paulo de Desenvolvimento (Ade Sampa).

Cada equipe selecionada deverá ser composta por, pelo menos, dois membros, que deverão participar de, no mínimo, 85% (cada um) de todas as atividades propostas pelo programa. Os interessados devem residir na cidade de São Paulo, em uma das regiões indicadas no edital, que está disponível no site do programa - [www.adesampa.com.br/vaitec8](http://www.adesampa.com.br/vaitec8).

O aporte financeiro deverá ser utilizado conforme orientação recebida durante as assessorias, a fim de melhorar os processos produtivos, tais como: compra de equipamentos, investimento em mão-de-obra especializada, marketing e comunicação e outros tipos de gastos conforme as necessidades surgidas durante o processo de aceleração.

### REVELO COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCIEROS

CPNJ/ME: 37.863.381/0001-42 - NIRE: 35.300.553.361

**EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRIITOS, E 1 (UMA) SÉRIE PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA REVELO COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCIEROS**

A REVELO COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCIEROS, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/ME sob nº 37.863.381/0001-42 ("Companhia" ou "Emissora"), vem convocar os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, e 1 (uma) série, para colocação privada, da 1ª (primeira) emissão da Companhia ("Emissão", "Debenturistas" e "Debentures", respectivamente), nos termos do artigo 71 da Lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"), e da cláusula 4 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, e 1 (uma) Série para Colocação Privada, da Emissão" ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada em 23 de fevereiro de 2023, às 15h, via videoconferência através da plataforma "Zoom", conforme previsto nos arts. 127 e 52º do art. 124 da Lei das S/A, na cláusula 4.1 da Escritura de Emissão e na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81", "CVM" e "Assembleia" respectivamente), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) aprovar, ou não, a contratação da Zurich Administradora de Crédito e Cobrança Ltda., inscrita no CPN nº 37.863.381/0001-42 ("Zurich"), para atuar na Emissão como empresa de cobrança, com a dispensa à observância do teto remuneratório, conforme previsto no item (iv) da cláusula 5 da Política de Cobrança, no Anexo 1 ao "Contrato de Prestação de Serviços de Agente de Pagamento, Cobrança de Créditos e Outras Avenças" ("Contrato de Cobrança"); (b) caso aprovada a deliberação supramencionada, aprovar, ou não, a criação das faixas de descontos estipuladas de acordo com a tabela de negociação das CCBs, a previstas no "Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança", a ser firmado entre a Emissora e a Zurich, com a seguinte redação: "O parcelamento dos débitos deve respeitar o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por parcela e obedecer a tabela de descontos e parcelamento abaixo:

Atraso mais antigo	3 parcelas		5 parcelas		9 parcelas		12 parcelas		Saldo vencido
	Saldo vencido	Saldo vencendo	Saldo vencido	Saldo vencendo	Saldo vencido	Saldo vencendo	Saldo vencido	Saldo vencendo	
90 a 120 dias	15%	10%	10%	5%	0%	0%	0%	0%	Saldo devedor
121 a 150 dias	20%	Saldo devedor	15%	Saldo devedor	10%	Saldo devedor	5%	Saldo devedor	0%
151 a 180 dias	25%	trazido a valor	20%	trazido a valor	15%	trazido a valor	10%	trazido a valor	5%
181 a 240 dias	30%	presente pela	25%	presente pela	20%	presente pela	15%	presente pela	10%
241 a 360 dias	35%	taxa do contrato	30%	taxa do contrato	25%	taxa do contrato	20%	taxa do contrato	15%
>360 dias	40%		35%		30%		25%		20%

(c) a autorização para a Emissão, em conjunto com o Agente Fidejussório, tomar todas as medidas e realizar todos os atos necessários para refletir as decisões da presente Assembleia nos documentos da operação. A AGD será realizada de modo exclusivamente digital, sendo admitida a participação e o voto durante a AGD somente por meio de sistema eletrônico. Ademais, a AGD será realizada por meio de videoconferência, via plataforma eletrônica Zoom, sendo a assinatura da ata realizada digitalmente. Os debenturistas que pretendem participar da AGD, deverão encaminhar, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da sua realização, à Emissora e ao Agente Fidejussório, para os e-mails [juridico.ops@vert-capital.com](mailto:juridico.ops@vert-capital.com), [ri@vert-capital.com](mailto:ri@vert-capital.com) e [agente.fidejussorio@vortx.com.br](mailto:agente.fidejussorio@vortx.com.br), cópia dos seguintes documentos: (1) quando pessoa física, documento de identidade; (2) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do debenturista; e (3) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no item acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. Após o horário de início da AGD, os Debenturistas que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGD, verbalmente ou por meio do chat, que ficará salvo para fins de apuração de votos. O debenturista poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, entretanto, deverá comparecer à Emissão e à Assembleia Geral de Debenturistas presencialmente, em caráter obrigatório, para o equacionamento das questões de realização da Assembleia. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela CP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecédência acima mencionada, e (iii) no caso de O debenturista ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023. REVELO COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCIEROS

### Infracommerce CXAAS S.A.

CPNJ/ME nº 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.300.553.361

**CERTIDÃO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 2023**

**1. Data, Horário e Local:** Realizada em 27 de janeiro de 2023, às 10h, na sede da Infracommerce CXAAS S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 13, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, em virtude da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Kai Philipp Schoppen, Claudia Worms Sciamia, Estela Vieira e Luiz Antonio Miranda Pavao de Farias. **3. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Pedro Jereissati; e Secretária: Amanda Pires de Almeida. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a: (i) 2ª (segunda) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), nos termos da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários, de 13 de julho de 2022, ("Oferta Pública" e "Resolução CVM 160", respectivamente), por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Infracommerce CXAAS S.A." ("Escritura" ou "Escritura de Emissão") a ser celebrado pela Companhia, pela Vórt Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fidejussório"), e, na qualidade de fiadora, pela Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. ("Fiadora"); e (ii) autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, elevação e administração das deliberações desta reunião, objetivando a emissão das Debêntures, podendo, inclusive, celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definidos abaixo), e seus eventuais aditamentos, bem como para contratar instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços da Oferta Pública, tudo em conformidade com o disposto no Art. 59 da Lei das Sociedades por Ações. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e em quaisquer restrições, conforme atribuições previstas no inciso (g) do Art. 16 do Estatuto Social da Companhia e do nº 1º do Art. 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), após debates e discussões deliberaram **aprovar:** (i) a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), com as seguintes características principais: a) **Número da Emissão:** 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Companhia; b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), sendo: (i) R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 1ª Série; e (ii) R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 2ª Série; c) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em duas séries; d) **Garantia Real:** Em garantia do pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes ou futuros, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia e pela Fiadora (conforme definida abaixo) nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fidejussório e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), nos termos da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários, de 13 de julho de 2022, ("Oferta Pública", "Resolução CVM 160", respectivamente), por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Infracommerce CXAAS S.A." ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); e (ii) autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, elevação e administração das deliberações desta reunião, objetivando a emissão das Debêntures, podendo, inclusive, celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definidos abaixo), e seus eventuais aditamentos, bem como para contratar instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços da Oferta Pública, tudo em conformidade com o disposto no Art. 59 da Lei das Sociedades por Ações. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e em quaisquer restrições, conforme atribuições previstas no inciso (g) do Art. 16 do Estatuto Social da Companhia e do nº 1º do Art. 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), após debates e discussões deliberaram **aprovar:** (i) a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), com as seguintes características principais: a) **Número da Emissão:** 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Companhia; b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), sendo: (i) R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 1ª Série; e (ii) R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 2ª Série; c) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em duas séries; d) **Garantia Real:** Em garantia do pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes ou futuros, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia e pela Fiadora (conforme definida abaixo) nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fidejussório e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), nos termos da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários, de 13 de julho de 2022, ("Oferta Pública", "Resolução CVM 160", respectivamente), por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Infracommerce CXAAS S.A." ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); e (ii) autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, elevação e administração das deliberações desta reunião, objetivando a emissão das Debêntures, podendo, inclusive, celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definidos abaixo), e seus eventuais aditamentos, bem como para contratar instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços da Oferta Pública, tudo em conformidade com o disposto no Art. 59 da Lei das Sociedades por Ações. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e em quaisquer restrições, conforme atribuições previstas no inciso (g) do Art. 16 do Estatuto Social da Companhia e do nº 1º do Art. 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), após debates e discussões deliberaram **aprovar:** (i) a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), com as seguintes características principais: a) **Número da Emissão:** 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Companhia; b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), sendo: (i) R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 1ª Série; e (ii) R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 2ª Série; c) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em duas séries; d) **Garantia Real:** Em garantia do pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes ou futuros, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia e pela Fiadora (conforme definida abaixo) nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fidejussório e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), nos termos da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários, de 13 de julho de 2022, ("Oferta Pública", "Resolução CVM 160", respectivamente), por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Infracommerce CXAAS S.A." ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); e (ii) autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, elevação e administração das deliberações desta reunião, objetivando a emissão das Debêntures, podendo, inclusive, celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definidos abaixo), e seus eventuais aditamentos, bem como para contratar instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços da Oferta Pública, tudo em conformidade com o disposto no Art. 59 da Lei das Sociedades por Ações. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e em quaisquer restrições, conforme atribuições previstas no inciso (g) do Art. 16 do Estatuto Social da Companhia e do nº 1º do Art. 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), após debates e discussões deliberaram **aprovar:** (i) a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), com as seguintes características principais: a) **Número da Emissão:** 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Companhia; b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), sendo: (i) R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 1ª Série; e (ii) R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 2ª Série; c) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em duas séries; d) **Garantia Real:** Em garantia do pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes ou futuros, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia e pela Fiadora (conforme definida abaixo) nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fidejussório e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), nos termos da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários, de 13 de julho de 2022, ("Oferta Pública", "Resolução CVM 160", respectivamente), por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Infracommerce CXAAS S.A." ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); e (ii) autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, elevação e administração das deliberações desta reunião, objetivando a emissão das Debêntures, podendo, inclusive, celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definidos abaixo), e seus eventuais aditamentos, bem como para contratar instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços da Oferta Pública, tudo em conformidade com o disposto no Art. 59 da Lei das Sociedades por Ações. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e em quaisquer restrições, conforme atribuições previstas no inciso (g) do Art. 16 do Estatuto Social da Companhia e do nº 1º do Art. 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), após debates e discussões deliberaram **aprovar:** (i) a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), com as seguintes características principais: a) **Número da Emissão:** 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Companhia; b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), sendo: (i) R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 1ª Série; e (ii) R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 2ª Série; c) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em duas séries; d) **Garantia Real:** Em garantia do pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes ou futuros, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia e pela Fiadora (conforme definida abaixo) nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fidejussório e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), nos termos da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários, de 13 de julho de 2022, ("Oferta Pública", "Resolução CVM 160", respectivamente), por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Infracommerce CXAAS S.A." ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); e (ii) autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, elevação e administração das deliberações desta reunião, objetivando a emissão das Debêntures, podendo, inclusive, celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definidos abaixo), e seus eventuais aditamentos, bem como para contratar instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços da Oferta Pública, tudo em conformidade com o disposto no Art. 59 da Lei das Sociedades por Ações. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e em quaisquer restrições, conforme atribuições previstas no inciso (g) do Art. 16 do Estatuto Social da Companhia e do nº 1º do Art. 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), após debates e discussões deliberaram **aprovar:** (i) a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), com as seguintes características principais: a) **Número da Emissão:** 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Companhia; b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), sendo: (i) R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 1ª Série; e (ii) R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 2ª Série; c) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em duas séries; d) **Garantia Real:** Em garantia do pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes ou futuros, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia e pela Fiadora (conforme definida abaixo) nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fidejussório e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), nos termos da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários, de 13 de julho de 2022, ("Oferta Pública", "Resolução CVM 160", respectivamente), por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Infracommerce CXAAS S.A." ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); e (ii) autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, elevação e administração das deliberações desta reunião, objetivando a emissão das Debêntures, podendo, inclusive, celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definidos abaixo), e seus eventuais aditamentos, bem como para contratar instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços da Oferta Pública, tudo em conformidade com o disposto no Art. 59 da Lei das Sociedades por Ações. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e em quaisquer restrições, conforme atribuições previstas no inciso (g) do Art. 16 do Estatuto Social da Companhia e do nº 1º do Art. 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), após debates e discussões deliberaram **aprovar:** (i) a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), com as seguintes características principais: a) **Número da Emissão:** 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Companhia; b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), sendo: (i) R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 1ª Série; e (ii) R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 2ª Série; c) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em duas séries; d) **Garantia Real:** Em garantia do pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes ou futuros, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia e pela Fiadora (conforme definida abaixo) nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fidejussório e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), nos termos da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários, de 13 de julho de 2022, ("Oferta Pública", "Resolução CVM 160", respectivamente), por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Infracommerce CXAAS S.A." ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); e (ii) autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, elevação e administração das deliberações desta reunião, objetivando a emissão das Debêntures, podendo, inclusive, celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definidos abaixo), e seus eventuais aditamentos, bem como para contratar instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços da Oferta Pública, tudo em conformidade com o disposto no Art. 59 da Lei das Sociedades por Ações. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e em quaisquer restrições, conforme atribuições previstas no inciso (g) do Art. 16 do Estatuto Social da Companhia e do nº 1º do Art. 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), após debates e discussões deliberaram **aprovar:** (i) a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), com as seguintes características principais: a) **Número da Emissão:** 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Companhia; b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), sendo: (i) R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 1ª Série; e (ii) R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 2ª Série; c) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em duas séries; d) **Garantia Real:** Em garantia do pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes ou futuros, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia e pela Fiadora (conforme definida abaixo) nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fidejussório e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), nos termos da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários, de 13 de julho de 2022, ("Oferta Pública", "Resolução CVM 160", respectivamente), por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Infracommerce CXAAS S.A." ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); e (ii) autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, elevação e administração das deliberações desta reunião, objetivando a emissão das Debêntures, podendo, inclusive, celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definidos abaixo), e seus eventuais aditamentos, bem como para contratar instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços da Oferta Pública, tudo em conformidade com o disposto no Art. 59 da Lei das Sociedades por Ações. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e em quaisquer restrições, conforme atribuições previstas no inciso (g) do Art. 16 do Estatuto Social da Companhia e do nº 1º do Art. 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), após debates e discussões deliberaram **aprovar:** (i) a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), com as seguintes características principais: a) **Número da Emissão:** 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Companhia; b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), sendo: (i) R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 1ª Série; e (ii) R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 2ª Série; c) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em duas séries; d) **Garantia Real:** Em garantia do pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes ou futuros, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia e pela Fiadora (conforme definida abaixo) nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fidejussório e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória

**FLEXCOAT PRODUTOS AUTO-ADESIVOS S/A**

CNPJ/ME nº 48.062.707/0001-59 - NIRE 35300352831

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2022. 1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 31 de outubro de 2022, às 10h00 horas, na sede social da Flexcoat Produtos Auto-Adesivos S/A ("Companhia"), na cidade de Louveira, Estado de São Paulo, na Rua Pedro Bassi, nº 576, Santo Antônio, CEP 13290-000. **2. Convocação e Presença:** Fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, de Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em decorrência da presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Sr. Guilherme Vieira da Silva, Presidente, designado pela acionista; e Sr. João Raphael Oliveira Aranha, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Examinar e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) tomar conhecimento da renúncia dos membros da Diretoria da Companhia; (ii) a eleição de novo membro da Diretoria da Companhia; (iii) autorizar a diretora a realizar todos os atos necessários para a realização da Operação; (iv) reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Submetidas à discussão e em seguida à votação, foram aprovadas pela acionista da Companhia, por unanimidade e sem qualquer restrição, as seguintes matérias: **5.1.** Tomar conhecimento da renúncia apresentada pelos membros da Diretoria da Companhia, os Srs. Nelson Jociônis e Nilson Barrantes Jociônis, de acordo com os respectivos termos de renúncia, na forma dos Anexos I e II da presente ata. **5.2. Eleição:** como membro da Diretoria da Companhia, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, permanecendo no exercício das suas funções até a eleição e investidura de seu sucessor, da Sra. Sandra Abate Murcia, brasileira, solteira, advogada, portadora da Carteira de Identidade OAB/RJ nº 127.720 e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 130.335.088-20, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Americo Alves Pereira Filho, nº 147, apartamento nº 301, CEP 05688-901, no cargo de Diretora da Companhia; **5.3.** A Diretora ora eleita aceita o cargo para o qual foi designada, declarando, em seu respectivo termo de posse lavrado em livro próprio, expressamente, para todos os fins e sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, de exercer a administração da sociedade, e nem ter sido encontradas sob os efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, nos termos do artigo 147, §1º da Lei das S.A., e torna posse mediante termo lavrado cuja cópia segue como Anexo III. **5.4.** Em razão da deliberação acima, a Diretoria da Companhia em exercício fica, assim, composta pelos seguintes membros: (i) Carlos Eduardo Jociônis, brasileiro, casado, empresário, portador do RG 21273.417-9 SSP-SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 149.285.968-03, residente e domiciliado na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Avenida Rm. Amazonas, nº 371, Condomínio São Joaquim, CEP 13287-600, no cargo de Diretor; e (ii) Sandra Abate Murcia, brasileira, solteira, advogada, portadora da Carteira de Identidade OAB/RJ nº 127.720 e inscrita no CPF/ME sob o nº 130.335.088-20, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Americo Alves Pereira Filho, nº 147, apartamento nº 301, CEP 05688-901, no cargo de Diretora sem denominação específica. **5.5.** Aprovar a alteração do artigo 13º do Estatuto Social da Companhia, a fim de fazer constar que a Diretoria da Companhia será composta por um ou mais Diretores, a qual passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 13º** - A Sociedade será administrada pela Diretoria, composta por um ou mais Diretores, sendo um deles sob a denominação de Diretor-Geral, e os demais sem denominação específica, com mandato de 3 (três) anos, permitidas eleições consecutivas, eleitos pela Assembleia Geral". **5.6.** Aprovar a alteração do artigo 17º do Estatuto Social da Companhia, a fim de modificar as matérias que deverão ser submetidas à aprovação da Assembleia Geral, a qual passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 17º** - A eficácia e validade dos atos realizados pela Diretoria exigem a aprovação prévia da Assembleia Geral, incluindo, mas não se limitando, os seguintes atos: (a) qualquer resgate, amortização, recompra, aquisições ou outras negociações das ações pela própria Sociedade; (b) a assinatura ou término de contratos (ou assunção ou término de obrigações de quaisquer naturezas); (c) aquisição, alienação, aluguel ou oneração, a qualquer título, de quaisquer bens da Sociedade, com exceção do inventário no curso normal dos negócios da Sociedade; (d) aquisição, alienação ou oneração de quaisquer participações em outras sociedades, negócios e/ou empreendimentos; (e) concessão ou obtenção de empréstimos ou financiamentos bancários, inclusive para capital de giro; (f) emitir ou aceitar letras de câmbio, subscrever notas promissórias, ou emitir ou aceitar letras de câmbio de qualquer natureza; (g) envolver a Sociedade em novos negócios não relacionados ao seu objeto social; (h) qualquer decisão relacionada ao pedido ou decretação de falência da Sociedade, insolvência, pedido de recuperação, judicial ou extrajudicial, ou outro procedimento similar; (i) realizar quaisquer outros atos ou assinar quaisquer documentos que vinculem a Sociedade e/ou exonerem terceiros de quaisquer responsabilidades para com a Sociedade; (j) criar qualquer espécie de passivo, contingência ou obrigação de natureza financeira para a Companhia, por meio de qualquer ato ou negócio jurídico, dentre os quais: contratos de mútuo, de financiamento, emissão de títulos de crédito e de quaisquer títulos que possam, ainda que subsidiariamente, representar uma obrigação de pagamento da Companhia, em um único negócio ou contrato ou em uma série de negócios ou contratos relacionados, inclusive com o uso de derivativos financeiros ou de crédito; e (k) outorgar e nomear procuradores para agir em nome da Sociedade; (l) qualquer transação ou negócio entre a Sociedade e qualquer membro familiar, direto ou indireto, ou entidade, no Brasil ou no exterior, dos Diretores; (m) ajudar ou dar entrada em qualquer ação ou procedimento legal em nome da Sociedade; e (n) implementar qualquer política de bônus ou compensação que venha a ser caracterizada como programa de benefício para os empregados. **Parágrafo único:** São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados pela Diretoria, por procuradores ou por empregados da Sociedade, que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da Sociedade, tais com avais, fianças ou outras garantias em favor de terceiros, a menos que tais atos tenham sido prévia e expressamente autorizados, por escrito, pela Assembleia Geral". **5.7.** Autorizar a Diretoria, ora eleita, a Sra. Sandra Abate Murcia, a praticar todos os atos, assim como assinar quaisquer contratos, instrumentos e documentos necessários ou apropriados para a realização e conclusão da operação decorrente do Contrato de Compra e Venda de Ações (Share Purchase and Sale Agreement), por meio do qual a acionista, Multi-Color Brazil Holdings Ltda., adquiriu 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Companhia ("Operação"), bem como ratificar eventuais atos anteriormente praticados estritamente para as finalidades aqui previstas. **5.8.** Reformular, reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir, dentre outras matérias, as deliberações aprovadas acima, o qual passará a vigorar com a redação constante do Anexo IV. **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário, conforme aprovado pela acionista da Companhia, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Louveira, 31 de outubro de 2022. **Mesa:** Guilherme Vieira da Silva - Presidente; João Raphael Oliveira Aranha - Secretário. **Acionista:** p. Multi-Color Brazil Holdings Ltda., Sandra Abate Murcia. **Estatuto Social. Capítulo I - Denominação Social, Sede, Objeto e Prazo de Duração. Artigo 1º** - A Flexcoat Produtos Auto-Adesivos S/A é uma Sociedade Anônima, de capital fechado, que regerá pelas disposições deste Estatuto, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976, pelas demais disposições aplicáveis. **Artigo 2º** - A sociedade possuirá sua sede na Rua Pedro Bassi, nº 576, bairro Santo Antônio, na cidade de Louveira - SP CEP 13.290.000. **Parágrafo único:** Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional, conforme deliberado pela Assembleia Geral. **Artigo 3º** - A Sociedade terá por objeto social a fabricação de rótulos e etiquetas, a fabricação de embalagens de plástico e outros materiais; a importação e exportação, inclusive de matérias primas, máquinas, tintas para impressão, rótulos e etiquetas, podendo, ainda, industrializar, armazenar e distribuir para terceiros e fora do estabelecimento, bem como a atividade de participação em outras atividades como quotista ou acionista. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Sociedade é por

tempo indeterminado. **Capítulo II - Capital e Ações. Artigo 5º** - O capital da sociedade e de R\$ 78.099.24 (setenta e oito mil e novecentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro centavos) dividido em 58.502.229 (cinquenta e oito milhões, quinhentas e duas mil, duzentas e vinte e nove) ações ordinárias nominativas sem valor, todas subscritas e integralizadas. **Artigo 6º** - As ações são indivisíveis em relação à Sociedade. **Artigo 7º** - Cada Ação Ordinária confere direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Quando a Ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 8º** - As Ações Nominativas serão registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas e suas transferências serão efetuadas por meio de termos lavrados no livro de Transferências de Ações Nominativas, assinados e datados pelo Cedente e o Cessionário ou seus procuradores. **Artigo 9º** - No caso reembolso das Ações, previstos por lei, o valor do reembolso será calculado com base no patrimônio líquido das Ações, de acordo com o último balanço aprovado na Assembleia Geral, segundo critérios de avaliação do ativo e passivo fixados na Lei das Sociedades Anônimas e com os princípios contábeis geralmente aceitos. **Artigo 10º** - A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas Ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e ao prazo de subscrição, quanto à forma de integralização e à cessão de preferência, observadas as disposições legais e as previstas no Estatuto social. **Artigo 11º** - A Sociedade poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias Ações para a permanência em tesouraria, sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando sua posterior alienação, observada as disposições legais aplicáveis. **Artigo 12º** - As Ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua realocação em circulação. **Capítulo III - Administração. Artigo 13º** - A Sociedade será administrada pela Diretoria, composta por um ou mais Diretores, sendo um deles sob a denominação de Diretor-Geral, e os demais sem denominação específica, com mandato de 3 (três) anos, permitidas eleições consecutivas, eleitos pela Assembleia Geral. **Artigo 14º** - A investidura far-se-á por lavratura no Livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais. **Artigo 15º** - Compete à Diretoria, observadas as restrições do Artigo 17º, exercer as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade. **Parágrafo único:** Além dos deveres previstos em lei, são deveres da Diretoria: I - representar a Sociedade em juízo e fora dele; II - dirigir e administrar a Sociedade em todas as suas atividades; III - propor para aprovação dos Acionistas a criação ou eliminação de funções e cargos administrativos, bem como as remunerações correspondentes; IV - contratar, transferir, remover ou despedir empregados da Sociedade; V - de maneira geral, desempenhar quaisquer outras funções ou atividades que lhe possam ser especificamente atribuídas pela Assembleia Geral; V - representar a sociedade em juízo ou fora dela, ativa ou passivamente, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, bem como instituições financeiras; VI - assinar quaisquer documentos, mesmo que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, inclusive títulos, cheques cambiais ordenados de pagamentos e contratos, observadas as restrições do artigo 17º abaixo. **Artigo 16º** - A representação da Sociedade será válida se contar com a assinatura de qualquer dos Diretores. **Parágrafo primeiro:** A Diretoria poderá nomear procuradores, especificando os poderes outorgados e o prazo de validade nos respectivos instrumentos de procuração, observados os procedimentos estabelecidos no Artigo 17º. **Parágrafo segundo:** O mandato judicial poderá ser concedido por prazo indeterminado. **Artigo 17º** - Os atos listados abaixo, quando adotados pela Diretoria, exigirão a aprovação prévia da Assembleia Geral: (a) qualquer resgate, amortização, recompra, aquisições ou outras negociações das ações pela própria Sociedade; (b) a assinatura ou término de contratos (ou assunção ou término de obrigações de quaisquer naturezas); (c) aquisição, alienação, aluguel ou oneração, a qualquer título, de quaisquer bens da Sociedade, com exceção do inventário no curso normal dos negócios da Sociedade; (d) aquisição, alienação ou oneração de quaisquer participações em outras sociedades, negócios e/ou empreendimentos; (e) concessão ou obtenção de empréstimos ou financiamentos bancários, inclusive para capital de giro; (f) emitir ou aceitar letras de câmbio, subscrever notas promissórias, ou conceder cauções ou garantias em nome da Sociedade; (g) envolver a Sociedade em novos negócios não relacionados ao seu objeto social; (h) qualquer decisão relacionada ao pedido ou decretação de falência da Sociedade, insolvência, pedido de recuperação, judicial ou extrajudicial, ou outro procedimento similar; (i) realizar quaisquer outros atos ou assinar quaisquer documentos que vinculem a Sociedade e/ou exonerem terceiros de quaisquer responsabilidades para com a Sociedade; (j) criar qualquer espécie de passivo, contingência ou obrigação de natureza financeira para a Companhia, por meio de qualquer ato ou negócio jurídico, dentre os quais: contratos de mútuo, de financiamento, emissão de títulos de crédito e de quaisquer títulos que possam, ainda que subsidiariamente, representar uma obrigação de pagamento da Companhia, em um único negócio ou contrato ou em uma série de negócios ou contratos relacionados, inclusive com o uso de derivativos financeiros ou de crédito; e (k) outorgar e nomear procuradores para agir em nome da Sociedade; (l) qualquer transação ou negócio entre a Sociedade e qualquer membro familiar, direto ou indireto, ou entidade, no Brasil ou no exterior, dos Diretores; (m) ajudar ou dar entrada em qualquer ação ou procedimento legal em nome da Sociedade; (n) implementar qualquer política de bônus ou compensação que venha a ser caracterizada como programa de benefício para os empregados. **Parágrafo único:** São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados pela Diretoria, por procuradores ou por empregados da Sociedade, que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da Sociedade, tais com avais, fianças ou outras garantias em favor de terceiros, a menos que tais atos tenham sido prévia e expressamente autorizados, por escrito, pela Assembleia Geral. **Capítulo IV - Conselho Fiscal. Artigo 18º** - A Sociedade não terá um Conselho Fiscal permanente. Se e quando instalado, como previsto na lei, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, observados nos requisitos e impedimentos legais, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, que fixará a remuneração destes. **Capítulo V - Assembleia Geral. Artigo 19º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social para aprovar as contas do Diretor e deliberar sobre quaisquer outros assuntos de sua competência. **Artigo 20º** - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente quando os interesses da Sociedade exigir, nos termos da lei. **Artigo 21º** - As Assembleias Gerais serão presididas por qualquer pessoa indicada pelos Acionistas presentes. **Artigo 22º** - O modo de convocação, o quórum de instalação, o quórum de deliberação e as formalidades complementares observarão as disposições legais aplicáveis. **Capítulo VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados. Artigo 23º** - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das disposições legais pertinentes. **Artigo 24º** - Deverá ser destinado para a constituição das reservas legais 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **Artigo 25º** - Um dividendo mínimo de 20% (vinte por cento) dos lucros líquidos apurados no Balanço Geral deverá ser distribuído aos acionistas, após a constituição de reservas legais. **Parágrafo único:** A Assembleia Geral, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, poderá deliberar a distribuição de dividendos inferior ao estabelecido no presente artigo, quando os lucros disponíveis em Ações no todo ou em parte, deverão respeitar o direito de preferência dos demais acionistas assim como os procedimentos previstos em Acordo de Acionistas em vigor arquivado na sede da Sociedade. **Parágrafo único:** Será nulo de pleno direito a transferência de Ações que violar o disposto nesta cláusula. **Capítulo IX - Disposições Gerais. Artigo 30º** - Aos casos omissos deste Estatuto Social aplicadas as disposições da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e, de outras em vigor, pertinentes à matéria. **JUCESP** nº 694.031/22-7 em 20/12/2022.

**TURISMO**

## Prefeitura no interior de SP constrói réplica da Fontana di Trevi

Uma réplica da Fontana di Trevi, um dos monumentos mais conhecidos de Roma, na Itália, será inaugurada este mês, em Serra Negra, interior de São Paulo. A prefeitura aposta que a obra, bancada com recursos públicos, vai atrair turistas. Moradores da cidade gostaram da novidade, mas em redes sociais o monumento foi chamado de cafona.

A réplica tem 11 metros de altura, a partir do espelho d'água, e 20,7 metros de largura. A fonte será alimentada por nove bicos de água e a cascata terá 40 projetores de luz subaquática de led. O conjunto de es-culturas é composto por 14 peças produzidas com moldes de silicone gesso, com revestimento em fibra de vidro e acabamento refinado. As esculturas originais, na capital italiana, são de mármore branco.

A obra está sendo finalizada por uma empreiteira contratada pela pre-feitura. Segundo o município, o recurso de R\$ 1,6 milhão veio do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (Dadetur), órgão do governo do Estado. A 140 km da capital, a cidade de 30 mil habitantes é uma das 11 estâncias hidrominerais de São Paulo, devido às propriedades terapêuticas de suas águas.

O prefeito Elmir Chedid (DEM) disse que, além de ser uma atração para os moradores locais, a obra vai movimentar a economia do município através do turismo. "Estamos também prestando homenagem à cultura e aos imigrantes italianos que tanto contribuíram para o desenvolvimento do Estado de São Paulo e da nossa região", disse. O município obteve autorização da prefeitura de Roma para construir a réplica.

Elogiada por muitos moradores, a iniciativa não escapou das críticas. O jornalista e escritor Raul Juste Lores usou as redes sociais para chamar a obra de cafona. "Mesmo com insaciável apetite pelo cafona, a obra choca", tuitou. Ele questionou o investimento no novo

atrativo quando o parque vizinho está fechado "porque tinha gente que o usava pra se drogante".

O produtor cinematográfico Fernando Schultz usou a obra, dizendo que a prefeitura deve estar tentando aumentar a arrecadação por meio de moedinhas na fonte. Na Fontana di Trevi romana, é tradição lançar moedas na água e fazer pedidos. "O que mais estranhece é a falta de originalidade, como o fato de que parece que toda cidade pequena quer um Cristo Redentor para chamar de seu", escreveu.

A prefeitura informou que o parque citado por Lores é uma área verde municipal usada anteriormente como mirante. Do topo de uma escadaria podia-se observar a cidade. Como as árvores cresceram e encobriram a visão, o local foi fechado há alguns anos. Após a inauguração da fonte, a prefeitura vai iniciar os estudos para dar nova destinação à área, possivelmente integrando-a ao novo atrativo turístico.

A Fontana di Trevi original é considerada uma obra de arte do barroco italiano. Com 26 metros de altura por 20 de largura, o monumento está encostado na fachada do Palazzo Poli. A primeira fonte foi construída ao final de um aqueduto que abasteceu a cidade de Roma por mais de 400 anos. Artistas italianos como Gian Bernini, Nicola Savi, Giuseppe Pan-nini e Pietro Bacci contribuíram para que a fonte ganhasse a dimensão artística atual.

O monumento passou pela maior restauração de sua história entre 2014 e 2015. No ano seguinte, foram recolhidos um milhão e meio de euros em moedas lançadas nas águas - o recurso foi usado para projetos de beneficência. A Fontana di Trevi foi cenário de várias produções cinematográficas, sendo mais conhecida a cena do filme La Dolce Vita (1960), de Federico Fellini, na qual a atriz Anita Ekberg entra na água e convida o ator Marcello Mastroianni a fazer o mesmo.

**MINÉRIO DE FERRO**

## Movimentação do setor portuário caiu 0,4%

O setor portuário brasileiro movimentou 1,209 bilhão de toneladas no ano passado, o que representou uma redução de 0,4% em relação a 2021, quando houve registro recorde. Os dados foram divulgados na quarta-feira, 8, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O que puxou o número para baixo foi a movimentação do primeiro semestre de 2022, com uma queda de 3,4%, cenário aliviado pelo crescimento do segundo semestre. Nos últimos seis meses do ano, a alta na movimentação foi de 2,6%.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, comemorou o número de 2022. Ele destacou que a movimentação foi muito próxima de 2021, sendo que o ano passado foi marcado por eventos mundiais importantes, como o início da guerra na Ucrânia e a desaceleração da economia chinesa.

"Um desempenho que merece ser comemorado. É um resultado praticamente idêntico ao do ano passado, que foi histórico. Num ano que tivemos efeitos da guerra na Ucrânia, desaceleração na China, é um resultado muito bom", disse Nery. "O que a gente precisa é que nossos portos não sejam gargalos. Que atendam toda a demanda que se apresenta. E isso tem acontecido", completou o diretor-geral.

Uma das cargas que puxaram a queda foi o minério de ferro. Passaram pelos portos

brasileiros 360,6 milhões de toneladas do produto, uma redução de 2,7% na comparação com 2021.

De acordo com a Antaq, a navegação de interior - com 73,1 milhões de toneladas movimentadas - registrou o maior crescimento de 2022, com alta de 11,2% ante 2021. O destaque nesse setor foi o granito sólido, que cresceu 15,36%, seguido de granéis líquidos e gasosos, com variação positiva de 14,1%. Já a carga containerizada teve alta de 3,64% na movimentação interior, enquanto que a carga geral apresentou queda de 3,14% em comparação a 2021.

Ainda neste modal, o milho registrou o maior crescimento (+83,79%); seguido pelo minério de ferro (+62,05%); semibrecoque baú (+38,72%) e fertilizantes (+23,46%).

Já a navegação de longo curso movimentou 849,6 milhões de toneladas em 2022, com queda de 0,75%. Na cabotagem, a movimentação foi de 283,3 milhões de toneladas, também uma redução, de 1,89%.

No total, em 2022, houve alta de 0,8% em movimentação de cargas de granéis sólidos, com 712 milhões de toneladas que passaram pelos portos. Já a carga geral cresceu 6,33%, com 63,2 milhões de toneladas movimentadas. Por sua vez, os granéis líquidos e gasosos (-3%) e a carga containerizada (-3,5%) registraram queda.

**Monimed Equipamentos Ltda.**

CNPJ nº 67.870.642/0001-12 - NIRE 35.210.884.281

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Sócios**

Ficam convocados os sócios do Monimed Equipamentos Ltda. ("Sociedade") para se reunirem no dia 15 de fevereiro de 2023, às 11:30 horas, em assembleia geral extraordinária a ser realizada de modo digital, por meio da plataforma digital Zoom, pelo endereço eletrônico a ser disponibilizado na página da afiliada da Sociedade na rede mundial de computadores ([www.hospitalsantaita.com.br](http://www.hospitalsantaita.com.br)) ("Assembleia"), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. o comparecimento e a instrução de voto da Sociedade na assembleia geral extraordinária de acionistas de Casa de Saúde Santa Rita S/A, ("Santa Rita") convocada para se realizar, em primeira convocação, no dia 15 de fevereiro de 2023, às 14:30, conforme a seguinte ordem do dia constante do edital publicado pela Santa Rita nesta data no jornal "O Dia SP" ("Direito de Voto"): 1. consignar a renúncia do atual Diretor Financeiro da Companhia e a eleição do novo Diretor Financeiro da Companhia; 2. a homologação do aumento do capital social da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de janeiro de 2023 ("Aumento de Capital"); 3. a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão da deliberação do item 2º acima, bem como a consolidação do Estatuto Social; 4. autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à implementação dos itens da ordem do dia acima; e 5. a ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados as matérias acima. 2. a autorização para a prática, pelos representantes legais da Sociedade, de todo e qualquer ato necessário ao exercício do Direito de Voto. Para participar da Assembleia, os senhores sócios deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identificação do sócio ou de seu representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do sócio; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Sociedade recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico diretoria@hospitalsantaita.com.br ou protocolada na sede da Sociedade, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 07 de fevereiro de 2023.

Luís Veras Lobo

Pedro Abib Jr.

**DROGARIA SÃO PAULO S.A.**

CNPJ/ME 61.412.110/0001-55 NIRE: 35.300.911.218

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Janeiro de 2023.**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 30.01.2023, às 13hs, na sede social da Drogaria São Paulo S.A. ("Companhia"), São Paulo/SP, na Avenida da Liberdade, nº 840, Liberdade, CEP: 01502-001. **II. Presença:** Acionista representando 100% do capital social, conforme assinaturas apostas no livro de presença. **III. Convocação e Publicações:** Convocação e publicações do edital de convocação dispensadas nos termos do § 4º, do art. 124, da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 30.303, de 31.10.2001 ("Lei de S/A"). **IV. Mesa Dirigente:** Assumiu a presidência da mesa, o Sr. Cristiano Hyppolito, que convidou a Sra. Carla Rosana Sgrott Sauer, para secretária-lo. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a distribuição antecipada de dividendos ao acionista, relativos ao exercício social que será encerrado em 31.12.2023 ("Dividendos"). **VI. Deliberações:** Foi decidido, por unanimidade de votos e sem ressalvas o pagamento de Dividendos no valor de R\$ 1.689.894,94, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório, ad referendum da AGO da Companhia que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social que será encerrado em 31.12.2023. O pagamento dos dividendos será realizado ao acionista até o dia 31.01.2023, cabendo à Companhia informar os valores e datas das liberações. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todo e qualquer ato para a formalização do ato deliberado. **VII. Declarações Finais:** Foi determinada a lavratura desta ata na forma sumária, de acordo com o previsto no § 1º, do artigo 130, da Lei de S/A. **VIII. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo então a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que, depois de lida, foi aprovada pela totalidade dos presentes. **Acionista Presente:** Drogarias DPSP S.A., representada na forma de seu Estatuto Social, por Cristiano Hyppolito e Carla Rosana Sgrott Sauer. Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. São Paulo, 30.01.2023. **Mesa: Cristiano Hyppolito - Presidente, Carla Rosana Sgrott Sauer - Secretária. Acionista presente: Drogarias DPSP S.A., Cristiano Hyppolito, Carla Rosana Sgrott Sauer. JUCESP** nº 60.370/23-3 em 03.02.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**Assetphoenix Empresarial S/A**

Sociedade por ações - CNPJ 23.626.896/0001-14 - NIRE 35300589670

Constituição 30/03/2022

Início das atividades: 01/09/2015. Capital: R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Endereço: Avenida Professor José Maria Alkmim, nº 906, sala 4-B, Jardim Ester, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05369-000. Objeto Social: a sociedade tem por objeto Holdings de Instituições não financeiras, gestão de ativos financeiros não financeiros, Atividades de administração de fundos por contratos ou comissão aluguel de imóveis próprios, atividades de consultoria de gestão empresarial exceto consultoria técnica específica, Serviços combinados de escritório, apoio administrativo, compra/ vendas de imóveis próprios, loteamento de imóveis próprios. Diretoria: **Paulo Roberto Brunetti**, brasileiro, casado em comunhão total de bens, portador da cédula de identidade RG sob nº 16.516.974-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 080.810.208-70, domiciliado na rua Bernardino de Campos, 4140, sala 65, Centro Edifício Onix Center, na cidade de São José do Rio Preto/SP na situação de Diretor Presidente. **Residente** **Caetano Guilherme**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade RG sob nº 273.785.989-89, portador da cédula de identidade RG sob nº 25.513.120 SSP/SP, residente na Avenida Anísio Haddad, nº 8001, Madrid Sul, Sala 03, CEP 15091-751 na cidade de São José do Rio Preto/SP, na situação de Diretor

**OCTANTE SECURITIZADORA S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.139.922/0001-63 - NIRE 35.300.380.517

**Ata Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 20.10.2022**

**Data, Hora e Local:** em 20.10.2022, às 09hs, na sede da Octante Securitizadora S.A. ("Companhia"), São Paulo/SP, Rua Beatriz, nº 226, Alto de Pinheiros, CEP: 05.445-040, CNPJ/ME 12.139.922/0001-63. **Edital de Convocação e Publicações:** dispensada a publicação do "Edital de Convocação" e dos demais avais, de acordo com o facultado, respectivamente, pelo Parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), considerando a presença da totalidade dos acionistas. **Composição da Mesa:** a Diretora Presidente, Sra. Gláucia de Castro Zucatelini Perazzoli, assumiu a presidência dos trabalhos da assembleia, tendo convidado o Diretor de Relações com Investidores e a Sra. Guilherme Antonio Muriano da Silva, para secretários os trabalhos. **Presença:** presentes acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **Ordem do Dia:** 1. Alterar, conforme disposto nos artigos 289 e 294 da Lei das S.A., os jornais e a forma de publicação ordenadas pela Lei das S.A., e demais regulamentações aplicáveis, a serem feitas pela Companhia. **Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, uma vez que são do inteiro conhecimento dos acionistas. As declarações de votos, protestos e dissidências porventura apresentadas serão numeradas, recebidas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do disposto no §1º, alínea "a" do Artigo 130, Lei das S.A. Autorizada, por unanimidade, a lavratura da presente ata em forma de sumário e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos Acionistas, nos termos dos §1º e §2º, Artigo 130, Lei das S.A. **Deliberações:** após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Acionistas decidiram por unanimidade de votos, sem qualquer restrição, aprovar a escolha do Estado de São Paulo como local para a realização das publicações da Companhia ordenadas pela Lei das S.A. e demais regulamentações aplicáveis, quando necessário, sendo que nos termos do artigo 294 da Lei das S.A. as publicações da Companhia poderão ser realizadas de forma eletrônica, desde que seja observada as demais regulamentações aplicáveis. **Encerramento:** nada mais a tratar, encorreu-se a sessão, tendo-se antes redigido e feito a lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, §1º da Lei das S.A., a qual, lida e achada conforme, foi devidamente assinada. Assinaturas: Mesa: Gláucia de Castro Zucatelini Perazzoli - Presidente; Guilherme Antonio Muriano da Silva - Secretário; Acionistas: Octante Gestão de Recursos LTDA. e William Ismael Rozenbaum Trossman. São Paulo, 20.10.2022. **Mesa:** Gláucia de Castro Zucatelini Perazzoli - Presidente, Guilherme Antonio Muriano da Silva - Secretário. **JUCESP** 44.035/23-8 em 27.01.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**Sindicato do Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos no Estado de São Paulo CNPJ nº 62.703.368/0001-73 - Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação.** Ficam convocados os associados do Sindicato do Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos no Estado de São Paulo (Sindicato do Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos) que será realizada em sua sede social à Av. Paulista, 1009, 5º andar, Conj. 501 - Edifício Numa de Oliveira - em São Paulo, SP., no dia 1º de Março de 2023, às 14:00 horas, em primeira convocação, e às 14:30 horas, em 2ª convocação, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Relatório da Diretoria, Balanço e demais Demonstrações Financeiras da entidade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 2 - outros assuntos de interesse social. São Paulo, 8 de fevereiro de 2023. **Sindicato do Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos no Estado de São Paulo - SINCOPÉCAS.**  
Heber Carlos de Carvalho - Presidente

**Comunicado**

Prezado(a) Sr(a), **Ana Clara Muniz - Matrícula: 370524. A Rede D'O'or São Luiz S.A.,** através desta e nos termos do disposto na legislação trabalhista vigente, comunicamos a Vossa Senhoria, que a partir de 09/02/2023, deve considerar-se desligado de nosso quadro de pessoal por abandono de emprego, visto que, não comparece ao trabalho ou justifica suas ausências desde 08/01/2023. Comunicamos, deste modo, que deverá comparecer no prazo de 48 horas a contar do recebimento deste, ao PA Unidade ITAIM, Avenida Santo Amaro, 722-6º andar -Vl. Nova Conceição- São Paulo para Agendamento de Homologação. Atenciosamente, Gente e Gestão.

**Trusthub Securitizadora S.A.**

CNPJ/ME nº 02.211.906/0001-80 - NIRE 3530055972-0

**Certidão da Ata da Assembleia Geral Extraordinária****Realizada em 18 de Janeiro de 2023, às 11:00 horas**

Certifico o registro na JUCESP sob número 46.711/23-5 em 02/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## FORMA DE EXPRESSÃO

# Supremo vai voltar a julgar lei que proíbe linguagem neutra nas escolas

A linguagem neutra, também conhecida como linguagem não binária, evita o uso dos gêneros tradicionalmente aceitos pela sociedade (masculino e feminino), com o intuito de tornar a comunicação inclusiva e menos sexista

**E**stá previsto para terminar na sexta-feira, 10, no Supremo Tribunal Federal (STF), o julgamento de uma lei de Rondônia que proíbe a linguagem neutra na grade curricular, no material didático das escolas públicas e privadas do Estado e em concursos públicos. A aplicação da lei foi suspensa de forma liminar em novembro de 2021 pelo ministro Edson Fachin, relator da ação. O magistrado entendeu que legislar sobre diretrizes e bases da educação é competência privativa da União. A decisão plena do STF deve atingir leis semelhantes aprovadas em outros Estados e municípios.

A linguagem neutra, também conhecida como linguagem não binária, evita o uso dos gêneros tradicionalmente aceitos pela sociedade (masculino e feminino), com o intuito de tornar a comunicação mais inclusiva e menos sexista.

Nessa linguagem, os artigos feminino e masculino, como "a" e "o", são substituídos por um "x", "e" ou "@". A palavra "todos" ou "todas", por exemplo, na linguagem neutra ficaria "todes", "todxs" ou "tod@s". Há quem defenda, ainda, o uso do termo "elu" (no lugar de "ele" ou "ela") para se referir a qualquer um, independentemente do gênero.

Essa modalidade tem enfrentado oposição de grupos conservadores, entre eles alguns ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), sob o argumento de que essas variações não são reconhe-

cidas pela norma culta do idioma. Nos últimos anos, parlamentares apoiadores de Bolsonaro inveterados, no Legislativo, na promoção de leis que vedam o seu uso.

Já o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) passou a adotar o pronomes neutro 'todes' em eventos e cerimônias oficiais. "Boa tarde a todos, a todas e todes", disse o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, ao abrir o discurso de posse no dia 3, gesto que se repetiu em outros atos ao longo dos dias seguintes.

Segundo Fachin, no exercício de sua competência constitucional, a União editou a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com base nela, o Ministério da Educação fixa os parâmetros curriculares nacionais, que estabelecem como objetivo o conhecimento e a valorização das diferentes variedades da língua portuguesa, a fim de combater o preconceito linguístico.

Para Fachin, ao proibir determinado uso da linguagem, a lei estadual atenta contra as normas editadas pela União, no exercício de sua competência privativa. "A pretensão de valorizar a norma culta, ela acaba por proibir uma forma de expressão. Questões que digam respeito ao ensino e ao aprendizado da Língua Portuguesa, de caráter obrigatório - o que abrange o conhecimento de formas diversas e alternativas de expressão, de caráter formal e informal -, estão inseridas nesse espaço normativo, de aplicação nacional", escreveu.

O ministro lembrou que

as razões trazidas ao processo pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pela Procuradoria Geral da República (PGR) "evidenciam o vício formal de inconstitucionalidade da norma, motivo pelo qual, acolhendo-as, julgo procedente a presente ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei do Estado de Rondônia n. 5 123/2021". Em seu voto, ele propôs a fixação da seguinte tese de que "norma estadual que, a pretexto de proteger os estudantes, proíbe a modalidade de uso da língua portuguesa que viola a competência legislativa da União".

A lei estadual resultou de um projeto do deputado Eyder Brasil (PL), aprovado pela Assembleia Legislativa de Rondônia em setembro de 2021. Na época, o parlamentar defendeu que a linguagem neutra seria uma interferência ideológica no uso da língua padrão. "Temos de valorizar a língua portuguesa culta em nossas políticas educacionais e impedir que os direitos de nossos estudantes sejam violados e que essa aberração seja aplicada nas escolas do nosso estado", disse.

Após a lei ser sancionada, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) entrou com ação direta de inconstitucionalidade pedindo ao STF a revogação da norma. A entidade sustentou que a lei apresenta preconceitos e intollerâncias incompatíveis com a ordem democrática e com valores humanos.

Em relação ao conteúdo da lei, Fachin explicou que o uso

da linguagem neutra ou inclusiva visa a combater preconceitos linguísticos, que subordina um gênero a outro, e sua adoção tem sido frequente em órgãos públicos de diversos países e organizações internacionais. Segundo ele, seria difícil imaginar a compatibilidade entre essa proibição e a liberdade de expressão garantida constitucionalmente.

Para Fachin, a proibição imposta pela lei de Rondônia é censura pré-via, prática banida pela legislação nacional. Ele lembrou ainda que o STF já decidiu que o direito à igualdade sem discriminações abrange a identidade e a expressão de gênero e, também, que a identidade de gênero é a manifestação da própria personalidade da pessoa humana e, co-mo tal, cabe ao Estado apenas o papel de reconhecer-la, nunca de constituir-la. "Proibir que a pessoa possa se expressar livremente atinge sua dignidade e, portanto, deve ser coibida pelo Estado."

Fachin ressaltou que a norma tem aplicação no contexto escolar, ambiente em que, segundo a Constituição, deve prevalecer não apenas a igualdade plena, mas também a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

Em plenário virtual, os ministros do Supremo decidem se acompanham ou divergem do entendimento do relator. A decisão deve produzir o chamado efeito vinculante, firmando entendimento a ser aplicado em casos similares. Como o julgamento é virtual, os ministros apresentam seus votos sem debate. Se

houver pedido de vista, o julgamento será suspenso. Havendo pedido de destaque, o caso será enviado para o plenário físico da Corte.

A lei de Rondônia questionada no STF não é a única a proibir o uso da linguagem neutra nas escolas e em concursos. Em Mato Grosso do Sul, foi sancionada uma lei que torna obrigatório o uso da norma culta da língua portuguesa nos instrumentos de aprendizagem utilizados no ambiente escolar, nos documentos oficiais e na confecção de materiais didáticos.

No Paraná, os deputados estaduais aprovaram, em 13 de dezembro, em 1º turno, um projeto de lei que impede o Estado de utilizar a linguagem neutra em qualquer nível institucional. O projeto depende de 2ª votação e da sanção governamental. Em Santa Catarina, decreto estadual proibiu a linguagem neutra, mas o PT entrou com ação direta de inconstitucionalidade.

Câmaras municipais foram na mesma direção. Em Belo Horizonte, o projeto que proíbe a linguagem neutra - de autoria do então vereador Nikolas Ferreira (PL), que depois se tornou o deputado federal mais votado do Brasil - foi aprovado em primeiro turno em 2022. O mesmo aconteceu em Juiz de Fora (MG).

Em Joinville (SC), uma lei veda expressamente a utilização de linguagem "estranha à Língua Portuguesa" no âmbito da administração pública municipal. No mesmo Estado, o Tribunal de Justiça

revogou lei semelhante aprovada pela Câmara de Criciúma. No Estado de São Paulo, Vailinhos também proibiu a linguagem neutra.

Além dessas normas, tramita na Câmara dos Deputados o PL 5 248/20, que proíbe o uso da linguagem neutra na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas no ensino da Língua Portuguesa no ensino básico e superior. A proposta inclui a vedação em documentos oficiais dos entes federados, em editais de concursos públicos, assim como em ações culturais, esportivas, sociais ou publicitárias que percebam verba pública de qualquer natureza.

O texto determina que o aprendizado da língua seja feito de acordo com a norma culta, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e com a grafia fixada no tratado internacional vinculativo do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa. Pelo projeto, a violação dessa regra poderá acarretar sanção às instituições de ensino e aos profissionais de educação.

Em outubro de 2021, a Secretaria Especial da Cultura, por meio da Secretária de Fomento e Incentivo à Cultura, publicou a Portaria 604/21, que veda nos projetos financiados pela Lei Rouanet o uso, direto ou indireto, além da apologia, da linguagem neutra. Após ação do Ministério Público Federal, em março do ano passado, a Justiça Federal determinou a suspensão imediata da norma.

## EVENTOS ADVERSOS

## Filhos de pais superprotetores têm risco de viver menos, aponta estudo

Mulheres que tiveram um pai considerado superprotetor, em uma relação marcada por restrições na autonomia durante a infância e/ou adolescência, apresentam risco 22% maior de morrer mais cedo (antes dos 80 anos), aponta estudo publicado na revista científica Scientific Reports, da Nature. Entre os homens, esse risco é 12% maior.

Cientistas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da University College London (Reino Unido) analisaram uma amostra de 941 indivíduos (445 mulheres e 496 homens), que participaram do Estudo Longitudinal de Saúde da Inglaterra (Elsa) - paine em andamento que envol-

ve uma amostra representativa de indivíduos com 50 anos ou mais residentes no país - e morreram entre 2006 e 2018. As entrevistas de acompanhamento foram feitas a cada dois anos e os exames de saúde, a cada quatro. Entre outras questões, o participante respondeu sobre eventos adversos na infância ou adolescência.

Embora a superproteção paterna tenha impactado mais negativamente a longevidade feminina, os pesquisadores destacam que são os homens os mais impactados negativamente pelos eventos adversos nos primeiros anos de vida.

Para definir quais eram as famílias superprotetoras, o Parental Bonding Instrument,

um modelo de questionário composto por questões sobre percepção de proteção e cuidado dos pais recebidos na infância/adolescência, foi utilizado. Os pacientes são perguntados, por exemplo, se sentiam-se acolhidos pelos genitores em momentos de incerteza, se sentiam ter autonomia para tarefas do dia a dia e se eram incentivados a tomar suas próprias decisões.

O pai superprotetor, segundo Aline Fernanda de Souza, pesquisadora da UFSCar e autora principal do artigo, é aquele que "não dá nenhuma autonomia pra a criança ou adolescente". Ela adverte, porém, que não se deve confundir autonomia com permissividade. "Quando falamos de acordo com a faixa etária dessa criança."

As hipóteses para explicar essa influência negativa do pai superprotetor eles buscaram na psicologia, contou Aline. "O pai, por si só, já tem essa figura mais autoritária. É uma coisa cultural nossa. É uma figura mais distante quando comparado à mãe", afirmou.

"Essa figura mais autoritária pode vir a enfraquecer esse laço tanto com as filhas como com os filhos. O enfraquecimento desse laço pode vir a desencadear, no futuro, o que chamamos de hábitos não saudáveis. Essa pessoa está mais propensa a uma vida mais sedentária, ao tabagismo, ao

*São os homens os mais impactados negativamente pelos eventos adversos nos primeiros anos de vida*

etismo (consumo abusivo de álcool), além também de vir a poder desenvolver repercussões psicológicas, que podem causar a mortalidade mais cedo", explicou.

"O que acontece na infância e na adolescência tem reflexo no fim da vida, sobre o quanto ela será longa", disse Tiago Silva Alexandre, professor de Gerontologia da e coordenador da pesquisa. "Um investimento nas crianças é uma forma de garantir uma velhice melhor." O estudo teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Embora a superproteção parental tenha sido o único fator de risco para mortalidade precoce (antes dos 80) comum entre homens e mulheres, os

pesquisadores também encontraram associações de outras questões de configuração e/ou relação familiar à morte precoce quando analisados cada gênero separadamente.

Para homens, ter vivido apenas com um dos pais aumentou o risco de morte antes dos 80 anos em 279%. De acordo com Alexandre, esse foi o fator de risco que mais reduziu a longevidade entre os homens, com uma associação "robusta" com a mortalidade precoce. Entre as mulheres, o fator não foi associado a maior risco de morte.

Os pesquisadores explicam que, para essa última descoberta, "a ausência de um dos pais implica em maior dificuldade socioeconômica e menor suporte emocional durante a infância ou adolescência". E, diferente-mente das mulheres, os homens "têm maior dificuldade em buscar apoio em situações adversas".

"A mulher está mais acostuada a ter uma rede de apoio maior, quando comparada ao homem. O que vimos é que, quando havia a falta de um dos membros, a mulher tem mais facilidade de buscar essa rede de apoio, seja numa prima, numa amiga, numa irmã, enquanto o homem é mais introvertido", explicou Aline.

Entre as mulheres, conviver com um pai mais presente (que trabalha me-nos horas por dia) diminuiu o risco de morte precoce em 42%. Nesse

mesmo ponto, ter mais cuidados da mãe reduziu esse risco em 14%. Sobre essa última descoberta, eles explicam que isso pode acontecer porque, no passado, as mulheres demoravam mais a sair de casa do que os ho-mens, convivendo mais tempo, assim, com o cuidado materno.

Considerando que a amostra é composta por adultos que tinham 50 anos no início dos anos de 2000, isso significa que, segundo com os pesquisadores, os participantes incluídos na análise nasceram nas décadas de 1950 e de 1960, e são, de certa forma, retrato de uma época. Os cientistas destacam que, caso pesquisa semelhante fosse feita com a geração atual no futuro, os resultados poderiam ser diferentes, mas não distantes do que aferiram.

Os pesquisadores apontam também que, assim como vários pontos fortes - a exemplo do uso de uma amostra nacional representativa -, a análise apresenta limitações. As associações que encontraram, entre eventos adversos na infância ou adolescência e morte prematura, podem estar subestimadas, pois indivíduos que não responderam ao questionário de história de vida podem não o ter feito por problema de memória ou trauma que não quiseram mencionar. Também há influência, claro, de integrantes daquele grupo etários que morreram antes dos 50 anos.

**WCB SOLUÇÕES LTDA.**  
**DELIBERAÇÃO DE REDUÇÃO DE CAPITAL REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2023**  
 CNPJ 42.969.291/0001-70 - NIRE 53202494806  
**DATA e HORÁRIO:** 15:00h, 06 de fevereiro de 2023 **LOCAL:** na sede social da Companhia, Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco E, 50, Sala 1702, Parte C, Edifício Central Park, Brasília/DF, CEP 70.711-903. **PRESENÇA:** FIT PARTICIPAÇÕES E ASSOCIADOS LTDA, com sede no Setor SCN Quadra 01 Bloco "E", Número 50 - Sala 1701 - Edifício Central Park - Ass. Norte - Brasília/DF - CEP 70.711-903, inscrita no CNPJ sob o N.º 45.231.177/0001-37, representada por seus administradores **IVAN CARLOS MACHADO DE ARAGÃO**, e **FELIPE FREIRE DE ARAGÃO**, único sócio da sociedade empresária limitada denominada **WCB SOLUÇÕES LTDA**, com sede na cidade de Brasília/DF, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco E, 50, Sala 1702, Parte C, Edifício Central Park, Brasília/DF, CEP 70.711-903, inscrita no CNPJ sob o número 42.969.291/0001-70, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE 53202494806, em 03/08/2021 (doravante denominada "Sociedade"). **MESA:** Presidente: **IVAN CARLOS MACHADO DE ARAGÃO**, acima qualificado; Secretário: **FELIPE FREIRE DE ARAGÃO**, acima qualificado. **ORDEM DO DIA:** A Reunião foi convocada para fins de deliberar sobre a redução do capital social, nos termos do inciso II, do art. 1.082, do Código Civil Brasileiro. **PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** Dispensadas em virtude do comparecimento da única sócia da Sociedade. **DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DE SÓCIOS:** 1 - Em virtude de ser excessivo em relação ao seu objeto (Art. 1.082, II do Código Civil), foi deliberada a redução do capital social da "Sociedade" de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), passando a ser dividido em 10.000 (dez mil) quotas, cada uma com valor nominal de R\$ 1,00 (hum real), divididas entre os sócios da seguinte maneira: **SÓCIO: FIT PARTICIPAÇÕES E ASSOCIADOS LTDA; QUOTAS:** 10.000; **VALOR:** R\$ 10.000,00. **TOTAL:** 10.000 - R\$ 10.000,00. **LAVRATURA e LETURA DA ATA:** oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e não havendo a manifestação de ninguém, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta, a qual após ter sido reaberta a sessão foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Brasília/DF, 06 de fevereiro de 2023. **IVAN CARLOS MACHADO DE ARAGÃO** - Presidente da Mesa; **FELIPE FREIRE DE ARAGÃO** - Secretário da Mesa; **FIT PARTICIPAÇÕES E ASSOCIADOS LTDA** - Por: Ivan Carlos Machado de Aragão e Felipe Freire de Aragão.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1401-CCFC-7B7F-A7CC> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1401-CCFC-7B7F-A7CC



### Hash do Documento

359917C306A23FFE233DE630CFD763148BEEE7962307B2FFD9620867D215C0BB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em  
08/02/2023 23:01 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

